

PERPÉTUA GONÇALVES

PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE  
UMA VARIEDADE EM FORMAÇÃO



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE  
UMA VARIEDADE EM FORMAÇÃO



Título: Português de Moçambique: Uma Variedade em Formação  
Autor: Perpétua Gonçalves  
Editor: Livraria Universitária e Faculdade de Letras da U.E.M.  
Maquete: Elo Gráfico, Maputo  
Capa: Ulica Mena Abrantes  
Impressão: Imprensa Universitária  
Tiragem: 1 000 exemplares  
Registo: 01356/FBM/96  
Maputo, 1996

#### Símbolos e Abreviações

- \* - Frase Agramatical
- BEN - Beneficiário
- FG - Função Gramatical
- GEN - Género
- GU - Género Uniflexivo
- HUM - Humano
- INSTA - Instituição
- LB - Língua Brasileira
- LU - Língua Portuguesa
- L1 - Língua Materna
- L2 - Língua Segunda
- OBL - Oblíquo
- OD - Objecto Directo
- OComp - Objecto Complementivo
- Oi - Objecto Indirecto
- PA - Português de Angola
- PAC - Paciente
- PE - Português Europeu
- PM - Português de Moçambique
- SN - Sintagma Nominal
- SP - Sintagma Preposicional
- SU - Sujeito
- SV - Sintagma Verbal
- vs - Versus

Aos meus filhos  
Ulica e Muri  
por tanta cumplicidade

## **Símbolos e Abreviaturas**

- \* – Frase Agramatical
- BEN – Beneficiário
- FG – Função Gramatical
- GEN – Genitivo
- GU – Gramática Universal
- HUM – Humano
- INSTR – Instrumento
- LB – Língua Bantu
- Lit. – Sentido Literal
- L1 – Língua Materna
- L2 – Língua Segunda
- OBL – Oblíquo
- OD – Objecto Directo
- OComp – Oração Comparativa
- OI – Objecto Indirecto
- PA – Português Africano
- PAC – Paciente
- PE – Português Europeu
- PM – Português de Moçambique
- SN – Sintagma Nominal
- SP – Sintagma Preposicional
- SU – Sujeito
- SV – Sintagma Verbal
- vs – Versus

## **Sumário**

Prefácio

1. Introdução

### **Parte I - Situação do Português em Moçambique**

2. Falar (do) Português em Moçambique

3. Dados para a História da Língua Portuguesa em Moçambique

### **Parte II - A Formação da Variedade Moçambicana do Português**

4. Papel da Interferência Semântica na Mudança Linguística

5. Movimentos Sintáticos no Português de Moçambique .

6. Uma Hipótese sobre Estratégias de Aprendizagem do Léxico do Português/L2 em Moçambique

### **Parte III - A Língua Portuguesa em África**

7. Provas de (In)existência do Português Africano

## **Referências Bibliográficas**

## PREFÁCIO

*Neste volume estão reunidos alguns dos trabalhos de investigação que realizei, ao longo do período 1989-94, sobre a gramática do Português de Moçambique. Na sua quase totalidade, trata-se de comunicações apresentadas em congressos internacionais, publicadas (ou a publicar) em Actas, não sendo, por essa razão, facilmente acessíveis ao público moçambicano.*

*Do acto de coligir textos de índole diversa, elaborados com vista a diferentes tipos de destinatários, resultou naturalmente uma certa sobreposição de informação. Este tipo de repetição foi, contudo, mantido, uma vez que se trata de pôr à disposição dos leitores interessados diferentes estudos sobre esta língua, independentemente de poderem constituir um todo interligado. Assim, além de uma breve revisão das versões iniciais de alguns dos textos aqui coligidos, e da preparação de uma bibliografia única, estes foram agrupados na presente publicação de acordo com os temas abordados.*

*O volume está subdividido em três partes, além da Introdução, na qual são apresentados, de forma breve, os mecanismos cruciais que, na minha opinião, intervêm na formação da variedade moçambicana do Português.*

*A Parte I, "Situação do Português em Moçambique", inclui dois capítulos em que se apresentam dados gerais sobre esta língua. No capítulo 2, fornece-se uma caracterização breve da sua história e ensino, da sua gramática, e da literatura escrita. O capítulo 3 constitui uma proposta de periodização da história externa do Português de Moçambique.*

*Os três capítulos constantes da Parte II, "A Formação da Variedade Moçambicana do Português", ocupam-se de aspectos da gramática do Português de Moçambique que dão indicações sobre o processo de formação*

desta variedade da língua portuguesa. Assim, nos capítulos 4 e 5 são apresentados argumentos sobre a importância das línguas bantu/L1 na construção da gramática do Português de Moçambique, e, no capítulo 6, trata-se de mostrar que algumas propriedades do Português de Moçambique resultam da forma como os locutores processam as evidências empíricas da língua-alvo, o Português europeu. De um modo mais particular, no capítulo 4, procuro demonstrar que o traço [+ HUMANO], que actua na sintaxe das línguas bantu, se mantém activo no Português/L2 em Moçambique. No capítulo 5, debruço-me sobre "passivas estranhas" ao Português europeu, e a argumentação apresentada pretende demonstrar que "o modelo das línguas maternas induziu os falantes em falsas generalizações" sobre o Português em Moçambique. No último capítulo desta Parte, procuro verificar até que ponto as alterações de propriedades lexicais de verbos do Português europeu permitem "articular, de forma mais regulada, o léxico com as representações sintácticas".

Na Parte III, "A Língua Portuguesa em África", com um capítulo apenas, apresenta-se um conjunto de argumentos, linguísticos e extra-linguísticos, que podem permitir legitimar ou invalidar a existência de uma única variedade africana do Português.

A finalizar, gostaria de manifestar o meu reconhecimento às pessoas e entidades que me apoiaram na preparação deste volume para publicação.

Expresso, em primeiro lugar, o meu agradecimento ao Armando Lopes, ao José Capão e ao António Sopa pelas sugestões valiosas sobre a organização geral desta colectânea.

Ao Feliciano Chimbutane agradeço a leitura da última versão deste volume, e as sugestões tendo em vista a elegância e clareza do texto.

À direcção da Faculdade de Letras, agradeço a solidariedade com que, sob diferentes formas, apoiou esta publicação.

Quero, por fim, agradecer à Ulica a sua disponibilidade e paciência para me ajudar a rever os textos aqui contidos.

**Perpétua Gonçalves**  
Fevereiro/95

## CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

"Humba vayilandza  
hi rihlakahla"

O caracol segue-se  
pela baba  
(Provérbio Changane)

Os trabalhos reunidos neste volume incluem desde descrições de aspectos gramaticais do Português de Moçambique até estudos sobre a história social desta língua. A esta diversidade de abordagens não é alheia a complexidade da problemática linguística moçambicana, na qual se insere o Português.

No quadro de um reduzido número de trabalhos de pesquisa sobre esta área, são múltiplas as questões que se colocam aos investigadores, para as quais têm, em muitos casos, de fornecer as primeiras hipóteses explicativas. É este o contexto dos estudos incluídos nesta colectânea, através dos quais se pretende contribuir para a resposta a questões como:

- 1—Que papel desempenha(m) a(s) gramática(s)<sup>1</sup> da(s) língua(s) bantu, L1's da maior parte dos locutores, na fixação das propriedades da gramática do Português em Moçambique? De que modo as propriedades destas línguas condicionam — a nível do léxico, morfologia e sintaxe no caso dos trabalhos aqui apresentados — o formato da gramática do Português/L2?

<sup>1</sup> Nos vários textos incluídos neste volume, considero que a gramática de uma língua é um sistema finito de conhecimento, que permite aos falantes construir e interpretar um número infinito de frases dessa língua.

2—Que estratégias linguísticas são desenvolvidas pelos falantes moçambicanos no processo de aprendizagem do Português? Por outras palavras, como se articulam e interagem aquisição e história da língua no caso específico da formação da variedade moçambicana do Português?

3—E ainda, de uma forma menos desenvolvida: quais as condições típicas — escola, casa, sociedade — de aprendizagem do Português em Moçambique? Quais as evidências da língua-alvo a que estão expostos os falantes no processo de aprendizagem do Português? Qual o tipo de implantação da língua portuguesa em Moçambique, ou melhor, que factos da história da língua portuguesa permitem compreender o processo de formação desta variedade? Quais as mudanças verificadas na língua portuguesa em Moçambique que se reflectem no discurso literário?

Considerando que as respostas às questões 1 e 2 — em que se procura captar o processo de formação da variedade moçambicana do Português — constituem o cerne dos trabalhos incluídos neste volume, apresentarei aqui os fundamentos teóricos gerais que determinam este tipo de investigação.<sup>2</sup>

“A base fundamental para a minha abordagem das alterações, relativamente à norma europeia, que se observam no discurso, oral e escrito, produzido em Português por falantes moçambicanos, tem os seguintes pressupostos básicos: (a) a construção da gramática de uma língua efectua-se a partir das evidências empíricas proporcionadas aos aprendizes; (b) ao longo do processo de aquisição de uma dada língua, os falantes formulam gramáticas sucessivas, que partilham entre si o facto de serem sempre gramáticas ‘possíveis’, analisáveis no quadro das opções permitidas pela Gramática Universal.

Estes pressupostos dizem respeito não apenas à aquisição da língua materna, mas também de uma língua segunda, isto é, considero que, nos dois tipos de situações, “a experiência é necessária para fixar os valores dos parâmetros da gramática nuclear” [CHOMSKY 81:8] da língua a adquirir (L1 ou L2), e admito que as hipóteses formuladas pelos falantes constituem sempre opções permitidas pelas regras, princípios e parâmetros da GU. Assim, relativamente à aquisição da L1, conforme nota LIGHTFOOT 81, “as gramáticas da criança parecem ter o carácter que os linguistas esperam”, não se encontrando “exemplos de regras ‘não linguísticas’ nessas

gramáticas” (p. 179). WHITE 87 considera, por seu lado, que “os princípios universais estão crucialmente envolvidos” no processo de aprendizagem de uma L2 e admite a possibilidade de “demonstrar que a GU é relevante para a aquisição de L2” (p. 240).

A diferença crucial entre o processo de aquisição de L1 ou L2 deverá então residir no estágio inicial a partir do qual os indivíduos fixam os valores específicos dos parâmetros da gramática nuclear da língua-alvo. Ainda de acordo com CHOMSKY 81, “a criança acede [à tarefa de aquisição da L1] equipada com a GU e uma teoria da marcação associada” (p. 8), ao passo que, quando se trata de uma L2, pode admitir-se, com PHINNEY 87, que “o estágio inicial da aquisição da L2 é o da L1” (p. 236).

Tendo em consideração que a aprendizagem do Português em Moçambique se produz tipicamente num quadro geral de bilinguismo, em que os falantes têm como L1 uma língua do grupo bantu, ao procurar estabelecer a gramática nuclear do Português deste tipo de falantes, assumo os pressupostos acima enunciados da seguinte forma:

(i) a gramática nuclear do Português é estabelecida a partir dos dados empíricos providenciados por esta língua;

(ii) o estágio inicial dos falantes para a aquisição do Português é uma língua do grupo bantu;

(iii) a gramática nuclear do Português definida pelos falantes é a gramática possível de uma língua, isto é, não permite escolhas contraditórias no processamento do discurso.

Por conseguinte, pode estabelecer-se que, em Moçambique, as evidências empíricas do Português são inicialmente analisadas pelos falantes a partir dos valores dos parâmetros fixados nas LB's, isto é, conforme PHINNEY 87, o aprendiz “começa com os valores de L1 e generaliza-os para L2” (p. 226). No caso de os valores dos parâmetros das L1/LB's e da L2/Português serem diferentes, é natural que se produzam interpretações inadequadas das evidências fornecidas pela língua — alvo. (...)

Os fenómenos de variação observáveis numa língua que teve ou tem o estatuto de L2 — como acontece com o Português em Moçambique — devem inscrever-se num quadro explicativo que inclua as diferenças entre as gramáticas nucleares de L1 e L2, mas tenha igualmente em conta as propriedades intrínsecas da gramática da língua que tem o estatuto de L2. Isto significa, na situação específica do Português em Moçambique, que as reanálises que afectam a gramática desta língua são o produto não apenas

<sup>2</sup> A partir daqui, transcreve-se parte do texto de GONÇALVES 89a.

de diferenças nos valores dos parâmetros fixados nas LB's e na variante europeia do Português, mas também das próprias características da gramática do PE. Desta forma, a descrição da gramática de uma língua que esteja numa situação análoga à do PM parece beneficiar de uma metodologia que procure identificar as ambiguidades das evidências fornecidas pela língua-alvo, tanto do ponto de vista da L1 dos falantes como da sua própria organização interna".<sup>3</sup>

Estes são pois os pressupostos que orientaram a minha pesquisa sobre o PM, e determinaram igualmente a escolha dos informantes assim como a natureza dos dados empíricos que recolhi com vista a essa pesquisa.

Em primeiro lugar, considerei crucial trabalhar com locutores de Português/L2, porque é provável que no seu discurso se evidencie de forma mais transparente o papel das L1's, "o estágio inicial para a aquisição da L2". Por outro lado, foram escolhidos locutores adultos, que falam Português há mais de dez anos, com a 9ª classe ou mais, não só porque se tratava de trabalhar sobre a gramática definitiva do PM (vs a gramática provisória dos aprendizes), mas também porque, dado o seu grau de instrução, há mais probabilidades de este tipo de locutores ter alcançado uma competência nesta língua relativamente completa.

Os dados recolhidos foram produzidos em situações de discurso controlado, oral ou escrito: entrevistas individuais e redacções recolhidas junto de uma população universitária (quarenta estudantes da Faculdade de Educação, de diferentes regiões do país), e textos publicados em jornais moçambicanos. Por outras palavras, tomei como base empírica da minha investigação a faixa formal do discurso em Português/L2 de adultos moçambicanos instruídos, por ser aquela em que – sem ignorar as suas limitações e lacunas relativamente ao repertório linguístico global dos locutores – parecem reflectir-se, de forma mais regular, as regras e propriedades da gramática desta variedade de língua em formação.

<sup>3</sup>Fim da transcrição referida na Nota 2.

## PARTE I

### SITUAÇÃO DO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

PARTE I  
SITUAÇÃO DO PORTUGUÊS  
EM MOÇAMBIQUE

O Português é a língua do poder dominante desde que é utilizado em Moçambique: foi primeiro a língua do colonizador, e, depois da independência, foi a língua escolhida pelo grupo que tomou o poder central.

Como um pouco por toda a parte em África, só se pode conhecer a história da língua oficial dos países independentes estudando a história do colonizador.

Moçambique foi uma colónia que só muito tarde interessou o governo português. Até meados do século XVIII, a administração deste território era feita a partir da Índia (e não da partir de Portugal). A presença portuguesa só começou a fazer-se sentir efectivamente a partir de 1918, data que marca o fim das campanhas militares de ocupação sistemáticas do país. Foi neste período que se iniciou o processo de colonização desta

CAPÍTULO 2  
FALAR (DO) PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE\*

Moçambique: dezasseis milhões de habitantes, dos quais mais de 95% têm uma língua da família bantu como língua materna.

Falar Português hoje em Moçambique significa que se pertence a uma minoria que teve acesso à escola (25%) e que habita nos centros urbanos (17%).

Tendo em conta a situação de guerra e de seca que domina no campo, esta minoria pode ser considerada uma camada privilegiada: não somente não está sob a acção directa da guerra e da seca, visto que habita na cidade, mas ela tem também mais meios de encontrar um emprego visto que tem mais instrução.

Falar do Português em Moçambique significa pois fazer referência a esta minoria e descobrir as razões históricas da sua existência, descrever o quadro oficial da difusão desta língua, e as consequências, linguísticas e literárias, da sua utilização.

Ao longo deste texto, serão fornecidos dados da história do Português em Moçambique (desde a época colonial até aos nossos dias) e ver-se-á a política de ensino formal que determina as condições de aprendizagem desta língua. Em seguida, esboçar-se-á uma caracterização das propriedades mais sistemáticas da gramática desta variedade do Português. A escolha linguística dos escritores moçambicanos permitir-nos-á concluir esta breve exposição sobre a problemática do Português em Moçambique.

A partir desta data, é a medida que a Frelimo estende o seu poder sobre o país, co-existindo, acima do poder local ou "tradicional", dois poderes em

\*Tradução de "Parler (du) Portugais au Mozambique" (1993), in: *Notre Librairie*, Paris, M 113, p. 15-21. Versão original modificada.

## Um Pouco de História

O Português é a língua do poder dominante desde que é utilizado em Moçambique: foi primeiro a língua do colonizador, e, depois da independência, foi a língua escolhida pelo grupo que tomou o poder central.

Como um pouco por toda a parte em África, só se pode conhecer a história da língua oficial dos países independentes estudando a história do colonizador.

Moçambique foi uma colónia que só muito tarde interessou o governo português. Até meados do século XVIII, a administração deste território era feita a partir da Índia (e não directamente a partir de Portugal). A presença portuguesa só começou a fazer-se sentir efectivamente a partir de 1918, data que marcou o fim das campanhas militares de ocupação sistemática do país. Foi neste período que se iniciou o processo de colonização desta região, e que o governo português começou a preocupar-se em lançar um sistema de educação mais sólido.

A existência de uma comunidade de locutores da língua assim como a abertura, na mesma época, de escolas ditas indígenas, constituem, entre outras, bases importantes para a difusão do Português em Moçambique. A partir desse momento, o Português encontra um quadro social graças ao qual se torna uma língua conhecida um pouco por todo o lado no país colonizado.

Em 1962, foi declarada uma luta armada contra o regime colonial. A Frelimo, grupo que lançou esta luta, teve de encontrar uma língua de comunicação entre os seus membros, vindos de diferentes regiões do país e o Português foi a língua escolhida. Segundo GANHÃO 79, no início, "a grande maioria dos homens que constituíam os três movimentos que, fundindo-se, criaram a Frelimo, não dominavam nem utilizavam a língua portuguesa como meio de comunicação (...). Usavam na sua maioria o Inglês e o Suáli, que tinham sido as línguas em que se formaram politicamente e profissionalmente. Durante os primeiros anos da Frelimo essas línguas surgem com frequência decrescente na comunicação interna da Frelimo. É certo que não surgiu nenhuma resolução do 1º Congresso sobre a língua, mas foi unânime e tacitamente aceite que os documentos do Congresso fossem redigidos em Português porque, no meio da diferença, era aquela que encontrou denominadores comuns em todos."

A partir desta data, e à medida que a Frelimo estende o seu poder sobre o país, co-existem, acima do poder local ou "tradicional", dois poderes em Moçambique: o da potência colonial (nas regiões que esta controla) e o do

grupo que conduz esta luta (nas regiões conquistadas-libertadas). Por conseguinte, durante mais de dez anos, o Português é também a língua de dois poderes.

No que diz respeito ao ensino, o Português é a única língua utilizada na escola. Nas regiões que estão sob o regime colonial pratica-se uma política "assimilacionista": o colonizado deve adoptar a língua e a cultura do colonizador, e fala-se Português desde o primeiro dia de escola. Nas regiões controladas pela Frelimo, o ensino faz-se igualmente em Português, a única língua usada na escola e na alfabetização de adultos.

Nos dois casos, a problemática do bilinguismo não esteve nunca no centro das estratégias pedagógicas. Nunca se adoptou explicitamente uma didáctica do Português como L2:

- seja estabelecendo um período transitório em que a criança pudesse exprimir-se na sua língua materna, ao mesmo tempo que aprende o Português;
- seja organizando os conteúdos de ensino do Português, tendo em conta propriedades, linguísticas e culturais, das línguas maternas das crianças.

## Aprender a Língua de Unidade Nacional

Depois da independência, o Português foi naturalmente escolhido como língua oficial: por um lado, parecia oferecer mais garantias como língua de "unidade nacional", e ao mesmo tempo permitia a comunicação com a comunidade internacional. A norma de referência é a do Português padrão europeu.

O Português torna-se uma espécie de símbolo do poder estabelecido. É a única língua do partido-governo: nas reuniões políticas, os dirigentes apenas utilizam o Português, recorrendo a tradutores intérpretes nos casos em que a população apenas fala LB's. É também a única língua da informação escrita, sendo a Rádio o único espaço da informação onde é permitido o uso das línguas nacionais. O Português é enfim a única língua do ensino oficial e da alfabetização: na escola proibem-se os alunos de falar as suas L1/LB's mesmo durante os recreios.

A política educacional continua a seguir o modelo adoptado nas "regiões libertadas". Poder-se-ia dizer que a didáctica do Português foi "falseada" por um raciocínio político: na medida em que se toma o Português como a (única) língua oficial (por receio de favorecer uma outra língua nacional),

esta deve ser também a única língua da escola. Por outras palavras, a estratégia política parece dominar a política linguística em geral e os métodos de ensino em particular.

Apesar das declarações oficiais, em que se reconhece a importância das línguas nacionais, o Português é objectivamente a língua verdadeiramente protegida pelo governo. Um exemplo dessa política: em 1979 realizou-se o "I Seminário Nacional sobre o Ensino do Português", sendo necessário aguardar quase dez anos para assistir ao "I Seminário sobre a Normalização da Ortografia das Línguas Nacionais", que teve lugar em 1988.

Este estatuto privilegiado não impede que, até ao momento presente, a instituição escolar tenha de fazer face, mesmo no ensino primário, a problemas básicos. A título de exemplo pode referir-se:

- a falta de escolas, donde resulta o elevado número de alunos por turma (oitenta na melhor escola oficial da capital, em 1992);
- a falta de professores primários, que têm, em muitos casos, uma preparação insuficiente (muito deles apenas têm seis anos de escolaridade e receberam uma formação profissional de dois anos);
- a falta de manuais escolares.

Neste quadro geral, as condições sociais de difusão do Português são marcadas por vários tipos de dificuldades. Por um lado, o ensino realiza-se num meio onde é uma língua pouco falada, o que significa que a sua aprendizagem é essencialmente um processo escolar (vs social). Por outro lado, em consequência das dificuldades acima apresentadas, a escola não oferece boas condições de aprendizagem do Português: os alunos têm poucas possibilidades de praticar a língua na sala de aulas, a acção correctiva do professor é muito limitada.

Certas medidas tomadas pelo governo visam atenuar este tipo de problemas e melhorar as condições de ensino do Português. Procura-se assim:

- produzir, com o apoio de instituições portuguesas, manuais desta disciplina para os alunos e para os professores, destinados ao ensino secundário, mais adaptados à situação linguística nacional;
- elevar o nível de formação dos professores primários (nove anos de escolaridade e uma formação profissional de três anos).

Ao nível didáctico, começa-se a reconhecer a necessidade de uma didáctica do Português/L2: experiências de alfabetização nas línguas mater-

nas começaram recentemente, e, ao nível da escola primária, estuda-se também a possibilidade de realizar uma escolarização bilingue, em que o aluno possa usar a sua língua materna.

### “Enriquecer a Língua” (Samora Machel, 1981)

O resultado sociolinguístico do processo acima descrito é naturalmente a existência de um grande número de locutores de Português/L2, que conhecem mal a norma europeia desta língua.

Tendo em consideração que o discurso em Português produzido por estes falantes é diferente do Português padrão, tentaremos apresentar aqui algumas propriedades importantes desta variedade do Português "moçambicano".

Este tipo de caracterização encontra-se ainda numa fase exploratória, visto que, por um lado, há muito pouca investigação neste domínio e, por outro lado, os fenómenos que se podem observar no discurso dos falantes desta língua nem sempre têm carácter sistemático de forma a permitir estabelecer, sem hesitação, as regras ou as propriedades que os determinam.

Ao nível fonológico, dada a inexistência de estudos científicos sobre este tipo de fenómenos, poder-se-ia dizer que o facto que parece mais evidente é a tendência a estabelecer a sequência CV (Consoante-Vogal) como sendo a estrutura típica da sílaba. Este facto tem consequências importantes no sistema fonológico global da língua, uma vez que parece explicar certas tendências, comuns aos locutores moçambicanos de Português, como por exemplo: (a) a não redução das vogais átonas e (b) a inserção de vogais entre as consoantes de grupos consonânticos existentes no Português. Um exemplo do primeiro caso pode ser observado na pronúncia de palavras como *deverá* ou *segurança*, que são pronunciadas no PE [dɐvɛrɐ] e [sɐgʊrɔ̃sɐ], dando origem a uma sequência de consoantes (dvr em *deverá*, e sgem *segurança*). Em Moçambique, estas palavras são pronunciadas [dɛvɛrɐ] e [segurɔ̃sɐ], preservando-se assim a estrutura silábica CV. Um exemplo da segunda tendência pode observar-se na pronúncia de palavras como *ritmo* ou *dificuldade*, cujos grupos consonânticos *tm* e *ld* são desfeitos pela inserção da vogal *i*, donde a pronúncia [ritimu] e [difikulidade].

Do ponto de vista sintáctico, os fenómenos mais notáveis dizem respeito: (a) à utilização dos pronomes pessoais complemento, (b) à estrutura das frases subordinadas, e (c) à ordem das palavras. Os pronomes cíclicos

(sem ter em conta questões de ordem, incluídas em (c)), apresentam diferenças relativamente à norma europeia quanto à escolha da sua flexão casual (v.g. a forma dativa *lhe* é sistematicamente utilizada em lugar da forma acusativa *o/a*), em frases do tipo *Vi-lhe (vs vi-o) na praia*. Entre os diferentes problemas que se observam nas frases subordinadas, pode assinalar-se a estrutura de frases completivas do tipo *X diz que...* realizada *X diz de que...*, ou *X pediu que...* realizada *X pediu para que...*. Por fim, pode aqui fazer-se referência às questões de ordem sintáctica que afectam os pronomes clíticos (v.g. *Quando alguém casa-se...* em vez de *Quando alguém se casa...*), os determinantes do nome (v.g. *essas todas coisas* em vez de *todas essas coisas*) e os advérbios (v.g. *Sempre nessa altura eu preocupava-me*, em vez de *Nessa altura eu preocupava-me sempre*).

Ainda que as diferenças entre o PM e a norma europeia se situem em níveis linguísticos diferentes, é talvez no plano lexical que se encontram as principais especificidades desta variedade do português. No que diz respeito a este tipo de fenómenos, pode estabelecer-se uma fronteira entre os empréstimos às LB's (e também ao Inglês) e as formações lexicais que tomam como base palavras ou processos existentes no PE que são reanalisados pelos locutores moçambicanos.

No que diz respeito aos empréstimos às LB's verifica-se que eles surgem em geral em casos em que não existem no léxico Português palavras para fazer referência a realidades específicas de Moçambique, ao nível cultural (nomes de rituais, danças, pratos típicos), ao nível da zoologia e da botânica, etc.

Um grande número de inovações, entretanto, tem como ponto de partida o léxico do português europeu e podem ser agrupadas consoante se trata: (a) de modificações do comportamento sintáctico das palavras, ou (b) do valor semântico que lhes é atribuído, ou mesmo (c) da aplicação de processos morfológicos derivacionais em casos que a norma europeia tem tendência a excluir.

Poder-se-ia apresentar como casos representativos do primeiro tipo, as mudanças observadas na construção dos verbos:

- quer porque há um processo de "transitivização" pela supressão da preposição que rege o complemento do verbo (v.g. *abusar de alguém* → *abusar alguém*, ou pela atribuição de um complemento a verbos intransitivos (v.g. *nascer* → *nascer alguém*);
- quer porque se introduz uma preposição antes do objecto directo: o

caso mais frequente é o da inserção da preposição *a* quando este complemento tem o traço [+ HUM] (v.g. *informar alguém* → *informar a alguém*);

- quer porque se muda a preposição que devia acompanhar o complemento do verbo: os casos mais sistemáticos dizem respeito aos complementos de lugar (v.g. *chegar a casa* → *chegar em casa*).

Nos casos em que muda o valor semântico dos itens lexicais relativamente à norma europeia, os trabalhos disponíveis sobre este assunto não permitem chegar a generalizações sobre as tendências mais importantes. Pode contudo assinalar-se que, em domínios semânticos diversificados, as palavras, além do(s) valor(es) semântico(s) original(ais), ganham novos valores semânticos (v.g. *caril* = prato indiano + molho; *acabar* = terminar + ficar (*acabar um mês num lugar*)).

A terminar, podem ainda referir-se os casos que parecem actualmente mais dispersos, relacionados com processos derivacionais que tomam como base palavras das línguas bantu ou do português europeu (v.g. *lobolo* → *lobolar*; *estilo* → *estilar*).

Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique, ao dirigir-se a jovens moçambicanos, considerava que as mudanças introduzidas no sistema português constituíam um "enriquecimento" desta língua. É um ponto de vista, optimista, sobre o processo acima apresentado. Um outro ponto de vista seria:

- se a maior parte dos moçambicanos tem as suas próprias línguas que lhes permitem exprimir a sua afectividade; e
- se o português constitui um meio de comunicação com a comunidade internacional, que conhece ou a norma europeia ou a norma brasileira;

não há grande interesse em estimular um processo de "enriquecimento" que pode tornar menos eficaz a comunicação com outras comunidades. Entre as duas posições a decisão não é fácil...

### Escrever em Português

Depois de ter identificado as tendências do PM pode ser interessante observar a(s) forma(s) de utilização desta língua pelos escritores.

Em Moçambique, a literatura escrita é, nos nossos dias, uma literatura escrita em Português. Entretanto, se escolher escrever em Português é a

primeira decisão e eventualmente a opção mais importante, isso não significa necessariamente a mesma forma de utilização desta língua. Com efeito, a literatura em Português acaba por reflectir a situação desta língua em Moçambique, quer se trate ou não de um acto deliberado da parte dos escritores.

Duma maneira geral, podem reconhecer-se duas tendências principais: existe um grupo, o mais numeroso, composto por escritores que parecem escolher o uso normativo do Português, isto é, que não parecem querer adoptar nos seus textos as alterações à norma europeia que se podem observar no discurso corrente; o outro grupo integra os escritores que retomam o uso "desviante" do PM.

As obras incluídas no primeiro grupo não constituem um todo homogéneo, visto que se detectam diferenças significativas no tecido discursivo elaborado em Português (não "desviante"):

– há escritores como ALBINO MAGAIA, por exemplo, que parecem representar o uso oficial do Português: os temas e as personagens são de inspiração moçambicana, mas a língua é utilizada segundo as regras da norma europeia;

– outros, como ANIBAL ALELUIA, que escrevem segundo a mesma norma, encontram-se termos de diferentes LB's moçambicanas que não parecem ter equivalente em Português, e que são explicados num glossário. Trata-se pois da inserção de itens lexicais destas línguas num discurso literário produzido em Português padrão;

– por fim, é necessário assinalar um outro tipo de texto, de UNGULANI BA KA KHOSA, que parece ser ainda um caso isolado na literatura moçambicana. Este escritor emprega estratégias estilísticas que introduzem no texto em Português essa outra realidade linguística (e cultural) nacional, constituída pelas línguas bantu. Um primeiro aspecto é não só a utilização de empréstimos a estas línguas, tal como no caso anterior, mas também a incorporação no próprio texto (e não num glossário) da explicação do significado dessas palavras, utilizando a mesma linguagem literária que caracteriza o resto da sua narrativa:

...o odor nauseabundo do sangue que cobriu a aldeia durante aqueles meses fatídicos em que o nkuaia (ritual anual e sagrado em que os súbditos, provenientes de todos os cantos do império à corte se dirigiam... (in BA KA KHOSA 87:41)

Além disso, as LB's (e também a cultura) estão presentes na sua obra através de uma espécie de tradução literal de certas expressões e ditados populares. Neste caso o escritor elabora um discurso literário em Português, a partir do substracto linguístico bantu:

- *Para onde vai o fumo, vai o fogo, Malule.*
- *Nunca hás-de encontrar água raspando uma pedra. Deixa-me falar. Eu conheço a verdade. Vivi na corte...*
- *Mas qual é o homem que não tem ranho no nariz, Malule?* (in BA KA KHOSA 87:44)

É interessante assinalar que os poucos escritores que preferem incluir nas suas obras as mudanças lexicais ou sintácticas que aparecem no discurso corrente são, em todos os casos locutores que dominam as regras do PE padrão. Neste grupo o uso de formas "desviantes" constitui uma verdadeira opção do seu estilo literário.

À semelhança dos outros casos, podem distinguir-se neste grupo diferentes formas de utilização deste "código" linguístico:

- certos escritores parecem querer conservar as construções tal como os falantes as utilizam, sem uma reelaboração muito evidente desse discurso. Esta tendência surge em textos produzidos durante o período colonial, e representa uma espécie de acto político através do qual os escritores pretendem mostrar que esta maneira de falar Português é tanto mais válida quanto pode ser utilizada na literatura. LUÍS BERNARDO HONWANA faz parte deste grupo;
- MIA COUTO é o único escritor que se orienta pelas "regras" da gramática do PM a partir das quais constrói o seu discurso literário. Alguns exemplos: *predispronto* = pre + dis(posto) + pronto; *combustão* → *combustar*. O escritor parte assim das inovações lexicais ou sintácticas do discurso corrente para produzir o seu texto. MIA COUTO parece sentir-se libertado do jugo das regras da gramática do Português padrão europeu, e o seu processo criador inspira-se no contexto linguístico moçambicano.

### O Português em Moçambique: Que Futuro?

Ao longo desta exposição, procurou-se reunir dados que em cada um dos domínios analisados – história/ensino e língua/literatura – permitem compreender a situação actual do Português em Moçambique.

Num país que ainda não completou vinte anos de independência, e que vive num período importante de transição política, é delicado predizer qual será o futuro do Português. A experiência dos primeiros anos de independência mostrou que o sucesso das decisões políticas não é apenas do âmbito dos políticos, e que os intelectuais têm talvez uma palavra, importante, a dizer.

Parece pois preferível terminar desejando que as decisões políticas – ao nível do ensino em geral e das línguas em particular – se apoiem cada vez mais no trabalho científico.

### CAPÍTULO 3

## DADOS PARA A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE\*

### 1 - Antecedentes deste estudo

Os estudos sobre o Português de Moçambique têm uma história recente. Na época colonial, para além de uma tese de licenciatura realizada nesta área, "Subsídios para o Estudo do Português Falado por Alguns Nativos do Sul de Moçambique" (PENICELA 1967), e do projecto "Recolha do Português Fundamental" (Universidade de Lourenço Marques, 1973) pouco mais haverá a assinalar.

Após a independência do país (1975), é necessário esperar até meados dos anos 80 para se encontrar um número significativo de estudos sobre esta língua. É nesta altura que começa a surgir uma série de trabalhos sobre a língua portuguesa, realizados, na sua maioria, na área da linguística aplicada (mais especificamente, análise de erros: cfr. DINIZ 86; GONÇALVES et al. 86) e na área da linguística descritiva (mais especificamente, análise lexical e sintáctico-semântica: cfr. FIRMINO 87; GONÇALVES 90; CARVALHO 91). Em todos estes estudos, o Português é em geral contrastado com a norma europeia, que é não só a norma que os investigadores conhecem, como aquela que foi oficialmente estabelecida como referência.

No que diz respeito à linguística "social", constata-se que a totalidade dos estudos realizados se situam na área da sociolinguística, não se encontrando – tanto quanto é do meu conhecimento – pesquisas que tenham

\* Comunicação apresentada no "I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística" (Salvador, 11-16/9/94). Agradeço ao António Sopa as sugestões bibliográficas, assim como os comentários relevantes a versões anteriores deste texto.

como objectivo a história social ("externa") da língua. Assim, desde os anos 80 e sobretudo a partir dos anos 90, realizaram-se vários tipos de análise de orientação sociolinguística, que se debruçam sobre temas como a atitude linguística perante o Português (cfr. Luis 83), o papel da escola na transmissão da "norma" (cfr. SILVA 93), ou a política linguística em Moçambique (cfr. FIRMINO 94; LOPES 94).

Por conseguinte, até ao momento presente, não foi realizado nenhum trabalho de investigação sobre o PM numa perspectiva diacrónica, quer seja do ponto de vista das mudanças a nível da sua gramática (a sua história "interna"), quer seja do ponto de vista da sua história externa.

Face à ausência de informação sistematizada sobre a história do Português em Moçambique, propus-me organizar alguns dados que tenho vindo a recolher ao longo dos últimos anos, por me parecer que este tipo de informação é tanto mais necessário quanto pode contribuir para melhor entender a dinâmica do Português neste país, e contrastar/comparar esta variedade com as de outros países de língua portuguesa.

Especificando um pouco mais, na minha opinião, o conhecimento da história do Português em Moçambique pode constituir um auxiliar importante:

- quando se trata de compreender a realidade desta língua no panorama nacional, e explicar, por exemplo (a) o facto de ser tipicamente uma L2 para a maioria da população que a fala, ou (b) a ausência de formação de crioulos de base portuguesa, apesar da situação de contacto de línguas em que se encontra;
- quando se procura compreender os motivos que distinguem a situação do Português em Moçambique da de outros países igualmente colonizados pelos portugueses na mesma época, mas onde o "resultado" linguístico foi totalmente distinto. Veja-se, por exemplo, o caso de Cabo Verde, onde se formou um crioulo de base lexical portuguesa, ou o caso do Brasil, onde o Português se tornou a língua materna da grande maioria da população.

## 2 - Proposta de periodização da história da língua portuguesa em Moçambique

### 2.1 - Aspectos preliminares

2.1.1 - Ao estabelecer as diferentes fases da história externa da língua portuguesa em Moçambique, não se pode perder de vista que, seja em

que período for - do século XV à actualidade -, esta é sempre uma L2, conhecida e falada por uma pequena parte da população. De acordo com dados do "Recenseamento Geral da População", realizado em 1980, o Português "ocupava o 16º lugar num escalonamento de línguas nacionais segundo o respectivo número de falantes" [CARVALHO 91: 13], e a percentagem de falantes era de cerca de 25% (dos quais pouco mais de 1% o usam como L1). Como se verá, actualmente, quase quinze anos decorridos depois deste censo, embora se possa supor que estas percentagens se tenham modificado, no sentido de um aumento tanto do número total de falantes, como do número dos que o usam como L1, Moçambique continua a ser um país onde quase três quartos da população tem como L1's línguas do grupo bantu (num total de vinte, de acordo com dados do "I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas de Moçambique", realizado em 1988).

2.1.2 - Ao preparar esta proposta, pareceu conveniente que, como primeiro passo a dar nesta área, se procurasse identificar marcos histórico-sociais que podem ter importância no tipo de implantação desta língua neste país, isto é, que podem ter algum impacto na sua história.

Pode dizer-se que nos encontramos numa fase preliminar da pesquisa, pelo que o objectivo que parece possível alcançar neste momento é apenas fornecer um quadro de referência histórica. É este o papel que nos propomos desempenhar com a presente proposta de periodização da história da língua portuguesa em Moçambique.

No final desta apresentação, procuraremos mostrar de que modo nos parece que este tipo de investigação pode ser desenvolvido, tendo em vista uma periodização mais adequada, não só do ponto de vista da história externa da língua, como também da sua história interna.

2.1.3 - Um outro aspecto sobre o qual parece importante chamar a atenção é a dificuldade que há em fazer referência a Moçambique como um país tal como se apresenta hoje. Por um lado, as suas fronteiras actuais só em 1918 foram fixadas, mais de quatrocentos anos depois da chegada dos primeiros portugueses a este território. Por outro lado, ao longo deste período - e mesmo posteriormente - o desenvolvimento não se processou de forma homogénea a nível nacional, caracterizando-se pela existência de bolsas de desenvolvimento regional. Por exemplo, até finais do século XIX, a região sul tem muito pouca importância comparativamente ao centro-norte, onde se concentram os focos do desenvolvimento urbano.

Desta forma, torna-se difícil estabelecer uma periodização que seja válida para o território moçambicano como um todo homogéneo.

## 2.2 - Proposta de periodização

2.2.1 - Na periodização que se segue, propõe-se dividir a história da língua portuguesa em Moçambique em três fases, tendo-se escolhido, para as delimitar, datas relativas a factos que podem ter desempenhado um papel de relevo na implantação desta língua. Nesta proposta, o período colonial (1498-1975) é subdividido em duas fases, que se distinguem relativamente ao peso da presença portuguesa no território moçambicano.

A presente proposta constitui, por conseguinte, uma base de trabalho possível, não se excluindo outras hipóteses de agrupamento dos factos histórico-sociais.

Assim, por exemplo, dada a fraca difusão do Português ao longo de toda a época colonial, uma alternativa à periodização a ser aqui apresentada, poderia ser o estabelecimento de duas fases apenas:

- a primeira incluiria todo o período colonial, ao longo do qual o Português é essencialmente a língua de uma comunidade linguística que abandonará o país a partir da independência;
- a segunda fase iniciar-se-ia com a independência (1975), data a partir da qual "o português reforçou a sua posição como língua de estatuto elevado, própria para domínios 'high' ou para a vida diária das elites urbanizadas, em detrimento das línguas moçambicanas." (FIRMINO 94)

### 2.2.2 - As três fases de história da língua

1ª FASE: 1498 - 1918, em que:

- 1498 é a data da chegada de Vasco da Gama a Moçambique;
- 1918 marca o fim das campanhas militares de ocupação sistemática do país.

Do ponto de vista da língua portuguesa, esta longa primeira fase pode ser caracterizada como "fase preparatória". De acordo com [FERREIRA 77:54-55], "os portugueses desembarcaram em Moçambique no século XV, sendo aí a penetração muito mais difícil do que em Angola. O islamismo tinha já estabelecido raízes profundas (...). Vasco da Gama falava de um povo com uma cultura mais avançada que a portuguesa. Uma elite local, principalmente swahili, vivia em cidades administradas por árabes que tinham divulgado a sua cultura e religião."

Seja pela resistência cultural à penetração portuguesa, seja pela própria política da potência colonial, mais voltada para o Brasil que para a África, a verdade é que, num primeiro período, é quase inexistente o contacto com Portugal (e com a língua portuguesa). A ocupação militar e a gestão política estão reduzidas ao mínimo. Note-se que só a partir de 1752 é que a administração de Moçambique passa a depender directamente de Portugal (e não da Índia), e só nos finais do século XIX (1886) têm início as campanhas militares ditas de "pacificação", através das quais os portugueses procuram assegurar a sua presença neste território.

É neste período que tem igualmente início a exploração agrícola do país. No Norte, desenvolvem-se os centros urbanos da Ilha de Moçambique, de Tete e de Quelimane, e é também nesta altura que surgem nesta região do país os primeiros periódicos em língua portuguesa.

A nível da educação formal, muito pouco existe ainda: em 1890, havia uma única escola primária em todo o país, e em 1915 o total de escolas era de sessenta e oito, na maior parte dos casos dirigidas por missões católicas.

### 2ª FASE: 1918 - 1975

Nesta última fase do domínio colonial em Moçambique, embora o Português esteja ainda pouco difundido entre a população local, pode considerar-se que se trata de uma "fase de implantação", em que se desenvolvem as bases sociais para a difusão desta língua.

Em 1930, através do "Acto Colonial", é criada a legislação que regula a relação de Portugal com as colónias. Alargam-se os focos de desenvolvimento que podem constituir uma rede social importante do ponto de vista da implantação da língua. A nível da educação, destaca-se a criação do ensino indígena, a partir de 1930, com o qual se pretende atingir a população local, dando-lhe acesso à instrução formal em Português. É neste período que são criadas, em diversos pontos de Moçambique, Companhias de exploração agrícola, ao mesmo tempo que se desenvolvem os centros urbanos no sul do país, e que se inicia a colonização massiva deste território (1950: 50 000 colonos; 1960: 90 000 colonos).

Segundo [MENDONÇA 87:75], "a geração que produz os primeiros homens de letras moçambicanos situou a sua acção entre 1910 e 1940". Por conseguinte, nesta fase já começam a surgir produtores moçambicanos de discurso em Português, eventuais portadores de uma norma culta, seja ela moçambicana ou europeia.

O desenhado da chamada "Luta Armada de Libertação Nacional", em 1962, dá origem a um conjunto de medidas "simbólicas" [FERREIRA 77:109] no campo educacional, através das quais se pretende fornecer uma imagem positiva da presença portuguesa em Moçambique. A título de exemplo, pode referir-se a criação do ensino universitário, ou a produção de novos manuais escolares, africanizados, em que se incluem temas africanos, e não apenas portugueses.

### 3ª FASE: 1975- ...

A partir da independência de Moçambique, o amplo processo de valorização desta língua teve inúmeras consequências, relevantes do ponto de vista da sua difusão e do seu estatuto a nível nacional. De uma forma geral, esta fase poderia ser caracterizada como "fase de consolidação".

O Português torna-se verdadeiramente uma língua de prestígio: as novas gerações das classes mais favorecidas dos centros urbanos aprendem cada vez menos as LB's. O Português é a língua de acesso aos postos importantes. Fica assim assegurada socialmente a base para se desencadear o processo de formação da variedade moçambicana do Português, isto é, pode considerar-se que existe uma comunidade de locutores que não só falam Português como escolhem esta língua como a única a transmitir às novas gerações.

Uma área em que se evidencia este processo de difusão do Português é a área da educação. A política do novo país independente estabeleceu o Português não só como a língua oficial, mas igualmente como a única língua de ensino. Para o novo governo, o Português devia funcionar como "língua de unidade nacional" e, nesse sentido, foram tomadas medidas que permitissem implementar esta opção política. Os dados referentes à área educacional revelam que, imediatamente a seguir à independência, o número de alunos inscritos no ensino primário duplicou, passando de 650 000 para quase 1 300 000. Este número manteve-se praticamente inalterado até ao momento presente, podendo constituir um indicador sobre a percentagem de população que teve contacto com o Português nos últimos quase vinte anos através do ensino formal.

Em função da perspectiva de observação, esta terceira fase poderia ser caracterizada:

- como fase "aglutinadora" ou "glotofágica", uma vez que o Português vai progressivamente ocupando o lugar social das línguas maternas, do grupo bantu; ou

- como fase de "apropriação" ou "endogenização", uma vez que, dado o papel social de relevo do Português na construção da actual sociedade moçambicana, este começa a ser sentido como língua nacional.

A nível oficial, constata-se que não existe um consenso sobre a forma de gerir a relação entre as diferentes línguas em confronto. Em 1983, por exemplo, num documento emanado do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura, considera-se necessário promover o uso das línguas nacionais, uma vez que a política linguística deve reflectir a identidade moçambicana. Neste documento, chama-se a atenção para o facto de o Português não ser conhecido pela maioria da população, não podendo ser considerado uma língua moçambicana. Contudo, nenhuma medida posterior assinala qualquer decisão oficial sobre este assunto. Como ressalta LOPES 94, ao longo das duas décadas que decorreram depois da independência, "evitar a formulação de uma política" parece ser a característica mais saliente da política do governo relativamente às questões linguísticas.

O papel "glotofágico" do Português é analisado por HONWANA 94 como resultando do "excessivo receio em relação às manifestações de tribalismo o que levou a que sempre houvesse recuos e indecisões na implementação de uma política de promoção das línguas moçambicanas".

A "endogenização" do Português, por seu lado, parece ser uma realidade já assumida por muitos intelectuais africanos. Assim, sem recusar o papel que as LB's devem (continuar a) ter na comunicação:

- a nível do seu quotidiano; e também
- a nível oficial, como língua de ensino ou das instituições judiciais,

mas verificando que o discurso em Português produzido em Moçambique proporciona evidências sobre o processo de apropriação desta língua pelos locutores moçambicanos - cuja apresentação ultrapassa o âmbito desta proposta - defende-se "uma política que mantenha um equilíbrio entre as línguas de Moçambique usadas no território nacional" (FIRMINO 94).

### 3 - Perspectivas de investigação

Conforme foi atrás referido, a periodização da história do Português em Moçambique aqui apresentada constitui a proposta que parece possível formular no estado actual do conhecimento sobre este tema.

Do ponto de vista da história externa da língua, só pesquisas posteriores sobre áreas sociais em que o Português tem um papel de relevo poderão

fornecer argumentos que permitam validar a escolha dos marcos históricos aqui propostos. Com efeito, é legítimo considerar que só o conhecimento de áreas da história de Moçambique – relativas, por exemplo, à organização do sistema de educação oficial e religiosa, ao desenvolvimento urbano, à difusão da imprensa, ou às associações indígenas – poderá mostrar o impacto real sobre a difusão do Português destes sectores da vida nacional, directamente associados à interacção verbal nesta língua.

Por outro lado, tendo em vista a história da formação desta variedade do Português, pode prever-se que só o conhecimento de propriedades do Português falado/escrito em Moçambique em fases anteriores da sua história poderá permitir delimitar os períodos relevantes.

Neste campo, tudo está ainda por fazer: não existe um levantamento das fontes que podem constituir documentos válidos sobre a língua portuguesa usada em Moçambique, assim como, conforme se referiu no início, não se dispõe de estudos sobre características do PM anteriores aos anos setenta, ainda que existam dados empíricos disponíveis, apropriados para este tipo de investigação. A título de exemplo, pode referir-se que, numa breve pesquisa sobre textos publicados no jornal "O Africano" (1911-1919) (cfr. SOARES & ZAMPARONI 92), se encontraram:

- neologismos de origem bantu, adaptados à ortografia portuguesa, como *mulungo* (branco), *milando* (confusão), *tinemba* (polícias), *canganhiçar* (enganar) ou *tingar* (fugir);
- neologismos de origem portuguesa, como *chapa moncádica* (definida por [SOARES & ZAMPARONI 92:176], como "chapa metálica de identificação e numerada que todo o indígena residente em Lourenço Marques tinha de ter presa no braço, instituída por Albano Seiça Moncada");
- frases do discurso em Português dirigido por funcionários coloniais à população local, como *eu já escreveu os palhotas deste gente*, onde se exibem, na área da concordância verbal ou de atribuição de género a nomes da língua portuguesa, fenómenos que podem ser interpretados como evidências, indirectas, de propriedades do discurso produzido por falantes moçambicanos de Português/L2.

Em face de dados desta natureza, pode admitir-se a hipótese de que, antes da fase de "implantação" do Português (1918-1975), já no início do século estava em curso um processo de diferenciação (/endogenização) do Português relativamente à norma europeia. Não levaremos adiante este tipo de reflexões, que nos conduziriam provavelmente a uma revisão dos

marcos históricos aqui considerados relevantes. Conforme foi dito, não se trata de problematizar as escolhas referentes à periodização apresentada, mas de fornecer algumas pistas de trabalho.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que, na área da história da língua portuguesa em Moçambique, externa como interna, tudo está ainda praticamente por fazer. Esperamos que esta proposta, breve, constitua um estímulo para futuras investigações, de forma a tornar mais transparente o processo de formação desta variedade "africana" do Português.

## PARTE II

### A FORMAÇÃO DA VARIEDADE MOÇAMBICANA DO PORTUGUÊS

## CAPITULO 4

### PAPEL DA INTERFERÊNCIA SEMÂNTICA NA MUDANÇA LINGUÍSTICA\*

#### 1 - Introdução

Actualmente, o estatuto de língua segunda, típico do Português em Moçambique, confere aos estudos sobre esta língua um papel privilegiado na compreensão dos mecanismos que regulam os processos de mudança linguística em situação de contacto de línguas, nos quais se pode incluir a formação das línguas crioulas. Com efeito, ainda que as mudanças do PM não apresentem o carácter "catastrófico" [BICKERTON 88:268] que parece estar associado à formação dos crioulos, a situação de contacto constante com línguas do grupo bantu – as L1's da maior parte dos falantes – torna mais acentuadas e, conseqüentemente mais visíveis, as estratégias adoptadas pelos locutores na construção da gramática da L2, o Português.

O papel de língua veicular atribuído oficialmente ao Português em Moçambique implica que é usada em múltiplas situações da vida quotidiana, podendo mesmo tornar-se a única língua de comunicação dos falantes em certas circunstâncias, relacionadas com a sua vida familiar e/ou profissional, em que praticamente não é requerido o uso das suas L1's. Pode pois admitir-se que a gramática do Português/L2 de Moçambique é um sistema de conhecimento estruturado e relativamente estável, constituin-

\* Comunicação apresentada no Colóquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa" (Lisboa, 26-28/6/91), publicada in: *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*, A. Khim e E. Andrade (orgs.). Lisboa, Edições Colibri, 1992, p. 73-80. Agradeço ao Alain Khim as suas reflexões sobre o tema desta comunicação. Ao Bento Siteo e ao Armindo Ngunga agradeço igualmente a sua contribuição na preparação dos dados empíricos das línguas Tsonga e Yao.

do, por conseguinte, uma base legítima para a natureza da investigação que realizámos.

O estudo desta gramática dá instruções sobre as estratégias de aprendizagem, adoptadas na sua construção, que poderão estar na origem da mudança do modelo gramatical original, o PE. Uma estratégia que ressalta deste estudo do Português/L2 de Moçambique diz respeito ao papel que a interferência semântica pode desempenhar na forma da sua gramática. De um modo mais específico, constata-se que há modificações que ocorrem em diferentes áreas da gramática do PE, que são condicionadas por um mesmo factor, o traço semântico [+ HUM], que actua de forma relevante na organização da gramática das LB/L1's dos falantes e se mantém activo na gramática do Português/L2 <sup>1</sup>.

Resultados deste tipo parecem poder contribuir para a reconstituição da génese das línguas crioulas, formadas igualmente em situações de multilinguismo, e, por outro lado, podem permitir articular entre si diferentes tipos de processos formais, restringindo assim o quadro descritivo das gramáticas destas línguas <sup>2</sup>. Por outras palavras, ao aproximar dos crioulos o Português/L2 de Moçambique, não estamos a querer associá-los como um tipo "especial" de línguas, mas estamos apenas a considerar que, nos casos em que o contacto de línguas constitui a situação linguística típica, pode ser útil observar o papel e as consequências da semântica na forma e organização das gramáticas dessas línguas, sejam elas crioulas ou não.

## 2 - Construções com SN's [+ Humano] no Português de Moçambique

Nesta comunicação, gostaríamos de apresentar estruturas do Português/L2 de Moçambique, observáveis no discurso oral e escrito de falantes adultos e instruídos (com nove anos de escolaridade, pelo menos), em que a presença de SN's com o traço [+ HUM] parece ter uma importância particular. Observem-se alguns exemplos de construções, retiradas do discurso produzido por esses falantes:

- (1) a. *Era o comandante a explicar [o tal major]<sub>OI</sub> [a situação militar]<sub>OD</sub>.*  
(PE = ... explicar ao tal major...)

<sup>1</sup> Frequentemente em interacção com outros parâmetros (vide [COMRIE 81:179]).

<sup>2</sup> Esta análise situa-se na perspectiva de SEUREN & WEKKER 86, que consideram a "Transparência Semântica" um factor determinante na génese dos crioulos, e procuram demonstrar a importância desta noção numa teoria geral da linguagem.

- b. *Demonstrou [as outras mulheres]<sub>OI</sub> [o papel do destacamento feminino]<sub>OD</sub>.* (PE = demonstrou às outras mulheres...)

- c. *[O irmão] foi concedido uma bolsa de estudos.* (PE = passiva "dativa" de conceder (a) o irmão uma bolsa de estudos)

- d. *[O Chiquinho] foi prestado assistência.* (PE = passiva "dativa" de prestar assistência (a) o Chiquinho)

- (2) a. *O Fernando preferiu-se da tal rapariga.*

- b. *Esse rapaz simpatizou-se com essa moça.*

- c. *A senhora desconfiou-se este senhor*

Em (1a e b), os constituintes com a função gramatical de OI, *o tal major* e *as outras mulheres*, ocupam a posição adjacente ao verbo e, em ambos os casos, estes SN's não são regidos pela preposição *a* que, na variante europeia, acompanha obrigatoriamente os constituintes OI. Em (1c e d), ocupam a posição de SU de frases passivas, os SN's *o irmão* e *os dois*, que desempenham a FG/OI em frases básicas correspondentes. Quanto às frases (2a-c), pode observar-se que é utilizado um clítico de flexão reflexiva junto de verbos transitivos ou intransitivos, que, no PE, não admitem este tipo de construção. A inserção deste clítico, do ponto de vista dos falantes que realizam este tipo de construções, pode ser interpretada como introduzindo na frase uma informação do tipo "para si"/"em seu benefício", isto é, como instituindo o SN/SU como beneficiário da acção descrita pelo verbo.

Em qualquer uma das estruturas contidas nestes grupos de frases, se verifica a presença de SN's com o traço [+ HUM]: no primeiro caso, porque os argumentos OI são constituintes com este traço semântico e, no segundo caso, porque os SN's/SU, com os quais o-clítico está associado, apresentam, em todas as frases, este mesmo traço semântico.

Contudo, numa primeira abordagem, parece possível fornecer explicações para a ocorrência das alterações da gramática do PE sem apelar para esta propriedade semântica, partilhada pelos dois tipos de estruturas: nas frases (1a-d), parece tratar-se de modificações no comportamento sintáctico do complemento OI e, nas frases (2a-c), são as condições de utilização do reflexivo que parecem estar em questão.

Começaremos pois por identificar, de uma forma breve, as principais propriedades das estruturas estabelecidas como base desta análise, sem tomar em consideração a hipótese de actuação do traço semântico [+ HUM].

Assim, no caso da alteração do comportamento dos argumentos OI, pode admitir-se que a supressão da preposição *a* está crucialmente associada a uma modificação dos requisitos de marcação casual fixados pela gramática do PE. A sua ausência dá origem a construções de duplo objecto em que, de acordo com esses requisitos, não há condições para atribuição de caso estrutural aos dois SN's contidos na estrutura argumental do verbo. As frases passivas (1c e d), em que o constituinte OI ocupa a posição de SU parecem decorrer deste movimento de OI para a posição de OD<sup>3</sup>. A supressão da preposição é que possibilita por conseguinte os "avanços" do constituinte OI para a posição de OD e SU<sup>4</sup>.

No caso da inserção do reflexivo (frases (2a-c)), pode supor-se que este constitui um meio lexical que permite a interpretação do SN/SU como beneficiário das acções descritas pelos verbos<sup>5</sup>. Neste tipo de frases, por conseguinte, a presença do clítico não parece decorrer da modificação das propriedades lexicais dos verbos atingidos, isto é, não parece estar associada à inserção de um novo argumento/beneficiário na estrutura argumental do verbo. O uso do clítico parece destinar-se a obter um efeito semântico, que permita pôr em relevo a afectação, pela acção descrita pelo verbo, da entidade designada pelo SN/SU.

Numa análise deste tipo, não parece pois necessário apelar para a presença do traço [+ HUM] e, ainda menos, para a actuação das L1 dos falantes, como forma de compreender as construções por eles realizadas. Contudo, há questões que, relativamente a estes dois tipos de alteração da gramática do PE parecem problematizar a compreensão destes fenómenos. Assim:

(i) No que diz respeito aos complementos OI, é necessário destacar em primeiro lugar que se trata de argumentos que exibem tipicamente o traço [+ ANIMADO] e frequentemente [+ HUM]. Por outro lado, como se pode observar nos exemplos apresentados, a supressão da preposição obedece a certos requisitos configuracionais, uma vez que não é suprimida quan-

<sup>3</sup> Veja-se [GONÇALVES 90:cap.3], para uma argumentação mais longa sobre esta questão.

<sup>4</sup> O uso da noção de "avanço" relaciona-se com a suposição de que, na linha de KEENAN & COMRIE 77, existe uma hierarquia das FG's ("hierarquia da acessibilidade") = SU>OD>OI>OBL>GEN>OCOMP.

<sup>5</sup> Este fenómeno não parece poder ser interpretado como indicando, de uma forma geral, as dificuldades dos falantes na utilização de clíticos do PE porque estes suprimem sistematicamente o clítico anticausativo com verbos do tipo de *aproximar-se*, *atrasar-se* ou *divertir-se*.

do o OI se encontra na sua posição básica (à direita do OD). Na generalidade dos casos, esta supressão está associada ao chamado "movimento dativo", com deslocação do OI para a posição adjacente ao verbo. É assim que não se encontram, no discurso em Português/L2 de Moçambique, frases equivalentes a (1a e b) do tipo:

- (3) a. *Era o comandante a explicar [a situação militar]OD [o tal major]<sub>OI</sub>*  
b. *Demonstrou [o papel do destacamento feminino]<sub>OD</sub> [as outras mulheres]<sub>OI</sub>*

Por outras palavras, a supressão da preposição *a* parece constituir o fenómeno que legitima os processos de avanço dos argumentos OI, SN's [+ ANIMADO]/[+ HUM], para as posições mais proeminentes sintacticamente, de OD e SU.

(ii) No que diz respeito ao clítico reflexivo, há a notar que a sua inserção está associada sistematicamente a uma certa classe semântica de verbos, experienciais e de actividade mental, que seleccionam tipicamente SN's/SU [+ HUM]. Os constituintes com este traço semântico passam a ter acesso ao papel de beneficiário, que ocupa uma posição proeminente numa "hierarquia temática"<sup>6</sup>. Os falantes introduzem, assim, no Português, um processo lexical que possibilita o avanço hierárquico de SN's [+ HUM].

Em face deste tipo de dados, parece necessário interrogarmo-nos sobre a possibilidade de ignorar o papel do factor semântico na interpretação das estruturas do PM aqui observadas e, mais especificamente, colocarmo-nos questões como: será que estas alterações constituem estratégias introduzidas no Português com vista a criar processos sintácticos (o "movimento dativo") e lexicais (o clítico reflexivo) que, numa hierarquia das FGs ou numa hierarquia temática, dêem acesso, aos SN's [+ HUM], a funções sintácticas (OD e SU) ou papéis semânticos (beneficiário), que ocupam posições proeminentes?

Se se admitir que, com efeito, estas alterações sintácticas e lexicais, que se observam no PM, representam as consequências visíveis da importância da semântica na forma das gramáticas, essas estruturas passam a estar associadas entre si e deixam de ser tratadas como fenómenos independentes. A questão está então em saber qual a fonte desta "promoção" dos SN's que apresentam o traço [+ HUM]. É o modelo da língua materna? Ou

<sup>6</sup> Estamos a pensar numa hierarquia de casos semânticos, do tipo da que é proposta por HYMAN & DURANTI 82. Nesta hierarquia, o papel de "beneficiário" ocupa (depois do "agente") a posição mais proeminente: BEN>REC>PAC>INSTR.

o da língua-alvo? Ou estarão os dois sistemas linguísticos subordinados a este "parâmetro" semântico?

Observando o modelo gramatical da língua-alvo, o PE, verifica-se que, ainda que existam alguns processos, lexicais e sintáticos, em que é relevante a presença deste traço semântico (v.g. morfemas QU específicos para [+ HUM], como *quem*, ou uso da preposição *a* como marcador casual de OD [+ HUM] em construções de redobro do clítico), esse traço semântico não parece desempenhar um papel particularmente importante no caso das estruturas afectadas. Assim, embora admitindo que a existência de tais processos pode ter favorecido as hipóteses dos falantes sobre a gramática da língua-alvo, parece, contudo, pouco provável que as mudanças aqui analisadas, em que estão em causa constituintes [+ HUM], tenham a sua origem no modelo do PE.

Por conseguinte, torna-se necessário observar a gramática das LB/L1's dos falantes, com vista a determinar como actua este factor semântico na sua organização. A observação dos dados empíricos permite detectar um conjunto de estruturas em que a presença do traço [+ HUM] condiciona a sua forma assim como as regras de que decorrem.

Na impossibilidade de reunir aqui dados sobre a totalidade das LB/L1's destes falantes de Português<sup>7</sup>, e admitindo que esta propriedade semântica é importante nas várias línguas desta família linguística, apresentaremos aqui exemplos das línguas "Tsonga" (T) e "Yao" (Y).

Observem-se, em primeiro lugar, frases em que ocorrem verbos que subcategorizam dois argumentos (equivalentes a OD e OI em Português)<sup>8</sup>:

(4) a. *Mamana anyikile mali vatsongwana. (T)*

Lit. Mulher deu dinheiro crianças.

a'. *Wakongwe wapele mbiya wanace. (Y)*

Lit. Mulher deu dinheiro crianças.

"A mulher deu dinheiro às crianças."

<sup>7</sup> Dado o panorama linguístico de Moçambique, isso significaria lidar com dados de mais de uma dezena de línguas.

<sup>8</sup> Este tipo de esquema funcional, em que o verbo subcategoriza dois complementos, ocorre nas LB's, (a) com verbos ditransitivos que não exibem nenhuma marca morfológica específica (como os que são apresentados nos exemplos (4a-d')), (b) com verbos transitivos a que foi aplicado um sufixo (v.g., em Tsonga, [-yiva SN/OD] (= [roubar OD])/[yivela SN/OI SN/OD] (= [roubar OD OI]), e ainda (c) com verbos transitivos que seleccionam um SP (equivalente a OI do Português), cuja preposição, se esse complemento estiver adjacente ao verbo, pode não estar realizada lexicalmente (v.g. em Y, [-wenda SN/OD SP/OI] (= [pedir OD OI])/[-wenda SN/OI SN/OD]).

b. *Mamana anyikile vatsongwana mali. (T)*

Lit. Mulher deu crianças dinheiro.

b'. *Wakongwe wapele wanace mbiya. (Y)*

Lit. Mulher deu crianças dinheiro

"A mulher deu às crianças dinheiro."

c. ? *Mali yinyikiwile vatsongwana. (T)*

Lit. Dinheiro foi dado crianças.

c'. ? *Mbiya sipelegwe wanace. (Y)*

Lit. Dinheiro foi dado crianças.

"Foi dado dinheiro às crianças."

d. *Vatsongwana vanyikiwile mali. (T)*

Lit. Crianças foram dadas dinheiro.

d'. *Wanace apelegwe mbiya. (Y)*

Lit. Crianças foram dadas dinheiro.

(Sem "equivalente" no Português europeu)

As frases (4a e a') exibem a posição básica dos argumentos do verbo *dar*. Em (4b e b'), verifica-se que o SN [+ HUM] pode ocupar a posição adjacente ao verbo<sup>9</sup>. Porém, o aspecto mais saliente, no contexto desta análise, é que, conforme se pode observar em (4d e d'), em frases passivas é o SN [+ HUM] *crianças* (*vatsongwana* em T e *wanace* em Y) que pode avançar para a posição de SU: de acordo com (4c e c'), o movimento para a posição de SU do SN [- HUM] *dinheiro* (*mali* em T e *mbiya* em Y) ou gera frases menos aceitáveis (como em T), ou torna a frase mesmo agramatical (como em Y).

Quanto às frases em que é introduzido um clítico de flexão reflexiva, verifica-se que correspondem a casos em que, nas LB's, é inserido um sufixo verbal, uma extensão aplicativa, que viabiliza a inserção de um novo argumento do verbo, ao qual é atribuído o papel de beneficiário. Exemplos:

(5) a. *Wanuna alangile [mova wa nkuxe]. (T)*

Lit. Homem escolheu carro azul.

a'. *Walume asagwile [motoka ja buluwu]. (Y)*

Lit. Homem escolheu carro azul.

"O homem escolheu o carro azul."

<sup>9</sup> Note-se, contudo, que, por razões que ultrapassam o contexto desta análise, esta ordem dos argumentos do verbo é sentida pelos falantes nativos das duas línguas como sendo menos boa.

b. *Wanuna alangelile [mungani wa yena] [mova wankuxe].(T)*

Lit. Homem escolheu amigo de ele carro azul

b'. *Walume wasagudile [ajawo] [motoka ja buluwu]. (Y)*

Lit. Homem escolheu amigo dele carro azul

"O homem escolheu o carro azul para o amigo."

c. *Wanuna atilangelile [-] [mova wa nkuxe]. (T)*

Lit. Homem se escolheu carro azul.

c'. *Walume adisagudile [-] [motoka ja buluwu]. (Y)*

Lit. Homem se escolheu carro azul.

"O homem escolheu para si (em seu benefício) o carro azul".

Nas frases (5a e a'), ocorre a forma simples do verbo transitivo *escolher*. Em (5b e b'), os verbos são já morfologicamente complexos, com inserção da extensão applicativa: a posição sintáctica definida por essa extensão está ocupada por um SN lexicalmente realizado *amigo dele* (*mungani wa yena* em (5b) e *ajawo* (5b')), marcado tematicamente como beneficiário. Caso essa posição se encontre vazia, como em (5c e c'), e seja usado o reflexivo (-*ti* em T e -*dí* em Y), isso significa que tanto a posição sintáctica de SU como a do complemento beneficiário se referem à mesma entidade. Considera-se assim que existe uma entidade humana, designada pelo nome *homem* (*wanuna* em T e *walume* em Y), que realiza a acção de *escolher* e é, ao mesmo tempo, a beneficiária desta acção. O efeito semântico deste tipo de construção é a ênfase do papel temático atribuído ao SN/SU [+ HUM].

Esta breve apresentação de dados de duas LB/L1's dos falantes do PM pretendeu pôr em destaque algumas estratégias gramaticais que permitem promover, sintáctica e semanticamente, SN's [+ HUM].

Não parecendo haver, conforme foi visto, na gramática do PE, a língua-alvo, processos formais que possam considerar-se o modelo dos falantes para as estruturas que realizam em Português/L2, e tendo-se constatado que existem, nas LB's, várias propriedades similares às da gramática do PM, pode supor-se que, na aprendizagem do Português/L2, os falantes sejam condicionados por esta propriedade das suas L1's. É, por conseguinte, natural que se encontrem, no discurso produzido ao longo deste processo de aprendizagem do Português, evidências de estruturas ou regras, cuja fonte reside no modelo gramatical inicial. Porém – e esse parece ser o factor que fortalece esta perspectiva de análise – diferentemente do que acontece com outras construções, em que os falantes abandonam as

suas hipóteses iniciais incorrectas sobre a gramática do Português/ língua-alvo, verifica-se que os processos formais da gramática do PM, que estão controlados pelo traço semântico [+ HUM], têm tendência a permanecer.

Ao definir a gramática do PM, é pois vantajoso tomar em consideração o papel que a interferência semântica tem na forma que esta gramática apresenta. Esta parece ser uma perspectiva descritiva que permite restringir as hipóteses sobre as mudanças operadas na gramática do PE e, em última instância, providencia uma metodologia de abordagem das gramáticas de línguas em contacto.

## CAPÍTULO 5

### MOVIMENTOS SINTÁCTICOS NO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE\*

#### 1 - Introdução

Moçambique situa-se na zona linguística da família de línguas comumente designadas como bantu. O Português, escolhido como língua oficial a partir da independência (1975), é falado por menos de 30% da população e constitui uma L2 para a quase totalidade dos seus falantes.<sup>1</sup>

Os estudos sobre o PM são ainda dispersos e em número reduzido, não proporcionando uma visão global das suas características principais.

De uma maneira geral, a abordagem do PM tem-se situado essencialmente na área da análise de erros. A partir de uma base empírica, constituída por textos (sobretudo escritos) produzidos por alunos da escola primária e secundária, e tomando a norma europeia como norma de referência, classificam-se e descrevem-se os "erros" dos aprendizes. Considera-se assim que os resultados deste tipo de investigação podem constituir instrumentos auxiliares na escolha das estratégias de ensino do Português pelas instituições oficiais, permitindo que, no final do processo de aprendizagem desta língua, esses "erros" estejam corrigidos.

\* Comunicação apresentada no "V Colóquio Paraibano de Estudos Portugueses" (Campina Grande, 15-19/09/92), publicada in: *Momentos de Crítica Literária VIII (Actas dos Congressos Literários de Campina Grande/1992)*. Campina Grande, 1994, p. 471-479.

<sup>1</sup> Segundo dados estatísticos de 1980, a percentagem de falantes de Português/L1 era de 1,2 %.

Mais recentemente, têm-se realizado alguns estudos, já na área da linguística descritiva, sobre o discurso em Português dos adultos, que têm, naturalmente, uma competência gramatical relativamente amadurecida. Por essa razão, os "desvios" à norma europeia, que ocorrem no seu discurso, não podem ser analisados como "erros", próprios da gramática provisória dos aprendizes.

A perspectiva adoptada neste tipo de estudos é a de considerar que, ainda que as estruturas produzidas pelos adultos sejam frequentemente não sistemáticas, devido à situação de L2 do PM, os "desvios" que se apresentam mais regulares podem ser tomados como (primeiras) evidências sobre as características da (futura) variedade moçambicana do Português. Trata-se naturalmente de uma variedade em formação, diferentemente do que acontece com as variedades europeia ou brasileira, que apresentam já uma relativa estabilidade.

Considerando que o discurso produzido pelos falantes adultos do PM/L2 é analisável no quadro da teoria da GU, este tipo de estudos procura captar as suas principais especificidades, integrando-as no conjunto estruturado/ordenado da gramática dessa variedade em formação.

Este é o contexto da comunicação que pretendo aqui apresentar. Conforme procurarei demonstrar, o tema escolhido, "movimentos sintácticos", pode constituir um ponto de partida produtivo com vista à caracterização do PM, contribuindo para o conhecimento não só de propriedades da sua gramática, mas também da história da sua formação.

O pressuposto metodológico desta análise tem como base LIGHTFOOT 79, segundo o qual, "se ocorrerem simultaneamente várias mudanças, nós vamos (...) relacionar estas mudanças, mostrando que de facto são simplesmente manifestações de superfície de uma única mudança na gramática" (p. 15).

Na sequência deste tipo de estudo, e dado o estatuto de L2 do PM, procederei a uma análise de tipo contrastivo a fim de explicitar regras da gramática das L1/LB's que parecem ter condicionado as construções analisadas. Como se verá, este tipo de informação constitui, por um lado, um argumento em favor da interpretação, inicialmente apresentada, das estruturas realizadas pelos falantes do PM. Por outro lado, o reconhecimento desta influência mostra de que forma a história da formação da variedade moçambicana do Português é indissociável de propriedades da gramática das L1/LB's dos seus falantes.

## 2 - *Passivas estranhas* do Português em Moçambique

Tomarei como base para esta análise frases retiradas de um corpus (oral e escrito)<sup>2</sup>, produzido por falantes adultos (mais de 18 anos) e com um grau médio de instrução (9 anos de escolaridade pelo menos)<sup>3</sup>. Para um falante de PE, estas frases contêm "passivas estranhas" [ALBARRAN 86]. Exemplos:

(1) a. *Eu não estou para ser abusado por militares.*

b. *As futuras vendedeiras dizem ter sido atribuídas o terreno pelas autoridades policiais.*

c. *O que é importante aqui está em estes homens terem sido nascidos em Moçambique.*

Nestas frases, como se pode verificar, ocorre o movimento, para a posição de sujeito, de constituintes que, do ponto de vista norma europeia, não teriam acesso a essa posição sintáctica ou por se tratar de SP's (vide (1a e b)), ou por não constituírem complementos do verbo (vide (1c)). Com efeito, sempre segundo a norma europeia:

– o verbo *abusar*, que ocorre em (1a), selecciona um SP com a FG de OBL, regido pela preposição *de*;

– o verbo *atribuir* de (1b) selecciona um complemento com a FG de OI, regido pela preposição *a* (além de um SN com a FG de OD);

– *nascer*, verbo intransitivo<sup>4</sup> que ocorre em (1c), não selecciona nenhum complemento que possa ser deslocado para a posição de SU por acção das regras da passiva.

Em suma, nenhuma destas frases poderia ter-se formado a partir da gramática do PE.

Admitindo, conforme foi referido, que o discurso dos falantes do PM, adultos/instruídos, é analisável como uma língua natural no quadro da GU, procurarei aqui estabelecer de que modo são legitimáveis as frases do tipo exemplificado em (1a-c).

<sup>2</sup> Este trabalho tem como base dados empíricos, reunidos no ANEXO, retirados de jornais e de um corpus (oral e escrito) produzido por estudantes universitários (e reunido com vista à realização da minha tese de doutoramento (vide GONÇALVES 90).

<sup>3</sup> Dado que o ensino formal em Moçambique é exclusivamente em Português, isto significa que estes locutores falam esta língua há cerca de nove anos, tempo que se pode considerar suficiente para um relativo conhecimento da gramática do Português.

<sup>4</sup> Para efeitos desta comunicação, não parece necessário ter em conta a classificação deste verbo como inacusativo.

A metodologia de investigação que parece oferecer uma solução plausível para esta questão poderá consistir em tomar como base as regras (universais) de formação da passiva. De acordo com estas regras, e tendo apenas em consideração os dados relevantes para esta análise, o movimento sintáctico do argumento com a FG/OD para a posição de SU é o resultado da actuação da regra de movimento de SN decorrente da aplicação da morfologia passiva <sup>5</sup>.

Retomando os exemplos (1a-c), pode pois supor-se que a sua estrutura foi obtida a partir das seguintes frases básicas (retirados e mudados os aspectos não relevantes para esta demonstração):

(1)' a. *Militares abusaram*-[<sub>SN</sub> **me**].

b. *As autoridades policiais atribuíram* [<sub>SN</sub> **as futuras vendedeiras**] o terreno.

c. *O que é importante é alguém ter nascido* [<sub>SN</sub> **estes homens**] em Moçambique.

Segundo esta hipótese, nas frases (1a-c), ocupam a posição sintáctica de SU os complementos nominais que desempenham a FG/OD nas frases básicas (1'a-c).

Neste caso, é necessário estipular que as categorias nominais que ocupam a posição de SU nas frases (1a-c) (*me, as futuras vendedeiras e estes homens*) foram deslocadas a partir de uma posição de complemento, subcategorizado pelos verbos com que ocorrem.

Se, tal como predizem os princípios da GU, as propriedades lexicais se projectam e conservam a nível das estruturas sintácticas, as frases (1a-c) podem considerar-se evidências sobre *uma* propriedade lexical comum aos três verbos nelas contidos (*abusar, atribuir e nascer*), que consiste em seleccionar um SN <sup>6</sup>.

Com efeito, os dados empíricos recolhidos parecem validar esta hipótese. Comparem-se com as frases (1'a-c) as seguintes frases básicas (igualmente retiradas do corpus), em que ocorrem verbos com propriedades lexicais idênticas:

<sup>5</sup> Ainda que de uma forma pouco técnica, trata-se de uma caracterização formulada a partir do quadro teórico da gramática generativa.

<sup>6</sup> Com efeito, é possível admitir uma outra hipótese, mais complexa, segundo a qual os verbos seleccionam um SP (tal como no PE), mas existe a possibilidade de essa preposição ser suprimida ou incorporada, por exemplo. Contudo, a fim de não alongar demasiado esta comunicação, não será aqui problematizada esta caracterização.

(2) a. *Os bandos armados sempre batiam* [<sub>SN</sub> **as pessoas**].

b. *Chegou na sala entregou* [<sub>SN</sub> **o enviado**].

c. *Riu-se tanto que os olhos saíram* [<sub>SN</sub> **lágrimas**].

De acordo com a norma europeia, seria esperável que os verbos que ocorrem nestas frases estivessem construídos com um complemento/SP, OBL ou OI (regido pela preposição *em*, em (2a), ou pela preposição *a* em (2b)), ou não estivessem acompanhados de um complemento (ao contrário do que acontece em (2c)). Contudo, conforme pode verificar-se, em todas as frases, estes verbos ocorrem com um complemento nominal, tal como acontece nas frases (1'a-c).

Organizando os dados empíricos desta forma, parece possível legitimar as frases passivas do tipo das que foram citadas em (1a-c), estipulando que decorrem do mesmo tipo de modificação das propriedades lexicais dos verbos do PE, que passam a seleccionar, na variedade do PM, um complemento/SN (mesmo que já seleccionem um outro SN, como no caso de *atribuir ou entregar*).

Generalizando um pouco mais, e tendo já em vista a identificação de propriedades relevantes da variedade moçambicana, pode dizer-se que existe a tendência para atribuir aos verbos do Português a possibilidade de funcionarem como verbos transitivos directos (ou mesmo bitransitivos), independentemente de poderem ter outro funcionamento sintáctico (como transitivos indirectos ou intransitivos) <sup>7</sup>.

Tal como previsto inicialmente, a proposta metodológica de LIGHTFOOT 79, permitiu associar entre si as modificações que afectam o comportamento de diferentes tipos de verbos do Português, e encará-las como "manifestações de superfície de uma única mudança na gramática".

Por outro lado, o conhecimento de *uma* propriedade da gramática do PM permite predizer, legitimar e ainda relacionar entre si *várias* estruturas do discurso produzido pelos locutores desta língua em Moçambique.

### 3 - Papel das L1/Línguas Bantu

Como se pode ter verificado, na análise aqui apresentada, o PM foi descrito com a mesma metodologia que se utiliza na descrição das línguas naturais. Assim, abstraindo das irregularidades típicas de um discurso em L2,

<sup>7</sup> Esta generalização não tem em conta a hipótese apresentada na Nota 6.

estabeleceram-se propriedades específicas da sua gramática a partir dos dados empíricos considerados relevantes.

Contudo, o estatuto de L2 do PM parece exigir que este tipo de análise seja combinado com o estudo de factores que podem intervir na aprendizagem de uma L2, isto é, que podem influenciar os aprendizes na captação de regras da sua gramática (interferência da língua materna, dificuldades inerentes da gramática da língua-alvo, condições sociais de aprendizagem da L2, ...).

No caso dos movimentos sintácticos aqui analisados, mostra-se particularmente relevante o papel da gramática das L1/LB's. A sua influência não se evidencia directamente através da comparação de cada uma das entradas lexicais do PM com as entradas "equivalentes" na(s) LB('s). Como se verá, a interferência das LB's parece ocorrer a nível mais geral, referente (a) quer a uma propriedade de subcategorização comum aos verbos destas línguas, (b) quer a um processo lexical existente na sua gramática.

Assim, por um lado, verifica-se que existe uma característica comum à grande maioria dos verbos das LB's, relacionada com a quase ausência de complementos preposicionados. Por outras palavras, de um modo geral, quando os verbos seleccionam um argumento, este é tipicamente um SN. Por outro lado, de acordo com (b), pode ainda constatar-se nesta línguas a existência de um processo lexical de transitivização dos verbos, realizado através de diferentes morfologias.

No que se refere à transitividade dos verbos das LB's, indicada em (a), pode constatar-se que, no caso dos verbos do PM aqui exemplificados (ou dos que constam do Anexo):

- aqueles que seleccionam um complemento OBL (como *bater em, abusar de, despedir-se de, assistir a, ...*);
- como aqueles que seleccionam um complemento OI (como *atribuir a, entregar a, ordenar a, explicar a, ...*)

têm como equivalentes nas LB's verbos que seleccionam um SN.

Quanto aos verbos intransitivos do PE aqui analisados (*nascer e sair*), o seu comportamento transitivo parece constituir uma evidência sobre a introdução na gramática do PM de um processo morfológico, existente nas LB's, de transitivização dos verbos.

Este processo consiste na possibilidade de os verbos das LB's, de um modo geral, terem acesso à classe dos verbos transitivos através da apli-

cação de diversos tipos de morfologias. Vejam-se alguns exemplos, em língua tsonga<sup>8</sup>:

(3) a. *Wanuna afile.*

Lit. *Homem morreu.*

b. *Wanuna afelile* [<sub>SN</sub>n'wana].

Lit. *Homem morreu-por criança.*

(4) a. *Xipixi xihumile yindlwini.*

Lit. *Gato saiu de casa.*

b. *Mbyana yihumesile* [<sub>SN</sub>xipixi] *yindlwini.*

Lit. *Cão fez-sair gato de casa.*

Nas frases (3a) e (4a), as formas verbais *afile* (*morreu*) e *xihumile* (*saiu*) não ocorrem com nenhum complemento/SN. Nas frases (3b) e (4b), através da aplicação de regras morfológicas (e sintácticas), estes verbos já seleccionam um complemento nominal (*n'wana* (*criança*) em (3b) e *xipixi* (*gato*) em (4b)): no primeiro caso, pela aplicação do sufixo *-el-* (donde resulta a forma *afelile* (*morreu por*)); no segundo caso, pela aplicação do sufixo *-es-*<sup>9</sup> (donde resulta a forma *yihumesile* (*fez sair*)).

Os complementos nominais criados por processos morfológicos partilham as propriedades típicas dos complementos com esta categoria sintáctica, como por exemplo a possibilidade de ocuparem a posição de SU em frases passivas. Observem-se as seguintes frases, formadas a partir de (3b) e (4b), em que ocupam o lugar de SU os SN's/OD dessas frases:

(3) b'. *N'wana afeliwile hi wanuna.*

Lit. *Criança foi-morta-por por pai.*

d'. *Xipixi xihumesiwile hi mbyana.*

Lit. *Gato foi-feito-sair por cão.*

Em suma, o facto de os verbos das LB's ou seleccionarem tipicamente um SN ou poderem ser transitivizados por meio de processos lexicais, parece confirmar a hipótese inicial relativamente às causas das modificações de propriedades lexicais de verbos do Português, que se observam em

<sup>8</sup> Este exercício "contrastivo" será efectuado apenas com uma LB, o Tsonga, língua do Sul de Moçambique tomada como representante das outras LB's do país, no que se refere às propriedades gramaticais a analisar aqui.

<sup>9</sup> Na realidade, trata-se do sufixo causativo *-is*.

Moçambique. Parece assim tratar-se da adopção, na gramática do PM, de propriedades ou processos existentes nas L1's dos falantes.

Comparando com as LB's, a "novidade" introduzida no PM é que o processo de transitivização opera com morfologia zero, isto é, quer se trate de verbos do PE que seleccionam complementos preposicionados, ou de verbos intransitivos, não se observa qualquer evidência morfológica associada a este processo lexical.

Admito, por conseguinte, que o modelo das línguas maternas induziu os falantes em falsas generalizações sobre a língua-alvo, conduzindo a modificações da sua gramática. Partindo de casos deste tipo, pode considerar-se que a história do PM não pode dissociar-se das LB's, reflectindo na sua estrutura a situação linguística em que se formou.

#### 4 - A transitivização dos verbos do Português de Moçambique

O conhecimento das propriedades das L1/LB's revela mecanismos que parecem intervir na formação da variedade do PM, e pode também fornecer argumentos em favor da caracterização, atrás apresentada, de propriedades da componente lexical da sua gramática.

Conforme se disse em 2, os movimentos sintácticos "estranhos" ao PE podem ser interpretados como evidências sobre uma tendência, mais geral, para a "transitivização" dos verbos do Português.

O conhecimento deste fenómeno contribui para a caracterização da gramática do PM e, além disso, coloca-nos em condições de prever e interpretar facilmente construções derivadas desta propriedade, que já ocorrem ou podem vir a ocorrer no discurso de falantes do PM.

Do ponto de vista gramatical, proporciona informação sobre o léxico desta variedade do Português, revelando a existência de um processo morfológico, que torna menos importante a fronteira entre as diferentes classes sintácticas dos verbos do Português (transitivos directos e indirectos, e intransitivos). Desta forma, é possível conhecer e prever as propriedades específicas dos verbos do PM. Sintetizando os dados aqui apresentados, pode prever-se que a variedade moçambicana do Português se distingue do PE porque se amplia a classe dos verbos transitivos directos. Assim:

- tanto os verbos transitivos indirectos (tal como *abusar* ou *bater*, *atribuir* ou *entregar*) podem seleccionar complementos nominais;
- como a classe dos verbos intransitivos (tal como *nascer* ou *sair*) pode ocorrer em construções transitivas.

#### 5 - Conclusões breves

Chegámos pois ao fim deste estudo de caso, no qual se tomaram os movimentos sintácticos de frases passivas como base para generalizações sobre a gramática e sobre a história do PM.

A concluir, gostaria de ressaltar aqui, que, mais do que caracterizar esta variedade do PM, espero ter sido capaz de chamar a atenção para a dupla metodologia que parece necessário adoptar nos estudos actuais sobre o PM. Assim, se por um lado parecem existir já condições para este ser investigado como uma variedade de língua, por outro lado, parece ser ainda necessário não perder de vista o seu estatuto de L2.

Do ponto de vista metodológico, por conseguinte, a descrição do PM requer o uso de instrumentos de diferente tipo, consoante se trata de o observar como uma língua natural "normal", ou como pertencendo ao sistema provisório dos aprendizes. Os dados obtidos na caracterização desta gramática transitória podem, por sua vez, ser tomados como factores determinantes na mudança do Português em Moçambique, isto é, na formação do PM.

## ABUSAR

– A dado passo da discussão ele usou a seguinte expressão: *Eu não estou para ser abusado por militares.* (N, 7/06/90)

– *[Os rapazes] tinham sido sexualmente abusados por padres.* (D, 9/09/90)

## ADMITIR

– *Eles não eram admitidos para chegarem lá* (CO) (PE = não eram autorizados a chegar lá)

## APODERAR-SE

– *[Alguns cooperativistas estavam] indignados pelo facto das suas terras de cultivo terem sido apoderadas por indivíduos sem nenhuma explicação plausível.* (N, 5/03/90)

## ASSISTIR

– *Ali estavam a ser assistidos por muita gente.* (N, 4/10/88)

– *Também pude assistir o combate que fez.* (CO)

## ATRIBUIR

– *Cuellar atribuído Prémio Onassis.* (título in N, 6/04/90)

– *As futuras vendedeiras dizem ter sido atribuídas o terreno pelas autoridades policiais.* (N, 8/08/90)

## BATER

– *Para nós aquilo era normal! Ser batidos!* (CO)

– *Os bandos armados sempre batiam as pessoas.* (CO)

## CONCEDER

– *O irmão foi concedido uma bolsa de estudos.* (CO)

## CONSULTAR

– *[Foi] consultar também questões políticas.* (CO)

## DAR

– *Os jovens são dados responsabilidades de família.* (CO)

## DEMONSTRAR

– *Demonstrou as outras mulheres o papel do destacamento feminino.* (CE)

## DESCONFIAR

– *Desconfiou-se este senhor.* (CO)

## DESPEDIR

– *[Foi] escrever uma carta despedindo o padre.* (CO)(PE = ... despedindo-se do padre)

## DIZER

– *Embora haja respeito pelas equipas moçambicanas que são ditas à partida como favoritas.* (N, 3/06/88)

## ENTREGAR

– *Chegou na sala entregou o emissário.* (CO)

## ESCONDER

– *Os dois foram escondidos a necessidade.* (CO)

## EXPLICAR

– *Segundo fomos explicados, [isso deve-se a] questões de ordem prática.* (N, 25/08/88)

– *Era o comandante a explicar o tal major.* (CO)

## INDICAR

– *E mais tarde fomos indicados os dormitórios.* (CO)

## INFORMAR

– *O resultado da votação será informado imediatamente à opinião pública chilena.* (N, 4/10/88)

## INGRESSAR

– *Se eu fosse ingressado na Escola Industrial.* (CO)

– *Para [o meu pai] me ingressar no Instituto de Línguas.* (CO)

## NASCER

– *O que é importante aqui está em terem sido nascidos em Moçambique.* (N, Outubro/90)

– *Desde que fui nascido nunca rezei.* (CO)

– *A pessoa fica sem nascer.* (CO) (PE = ... fica sem dar à luz)

## OBEDECER

– *Não queriam obedecer ordens dos professores.* (CO)

## ORDENAR

– *Ordenou os seus soldados para que fossem lá.* (CO)

## PENSAR

– *Tenho que pensar os meus filhos.* (CO)

<sup>10</sup> Símbolos utilizados: N = Jornal Notícias; D = semanário Domingo; CO = corpus oral; CE = corpus escrito. Vide Nota 2, sobre a origem de CO e CE.

#### PERGUNTAR

- [Ele] foi perguntado onde é que ficava a Base Central. (CO)
- Perguntado sobre [o assunto], o Presidente da SWAPO respondeu ... (N, 7/11/89)

#### PERMITIR

- As crianças são permitidas a assistir filmes classificados para maiores de 18 anos. (N, 5/03/90)

#### PÔR (TERMO)

- Ele é que conseguiu pôr termo o problema. (CE)

#### PRESTAR (ASSISTÊNCIA)

- O Chiquinho foi prestado assistência. (CE)

#### SAIR

- Riu-se tanto que os olhos saíram lágrimas. (CO) (PE = ... deitaram lágrimas)

## CAPÍTULO 6

### UMA HIPÓTESE SOBRE ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM DO LÉXICO DO PORTUGUÊS/L2 EM MOÇAMBIQUE\*

#### 1 - Enquadramento Geral da Investigação

Em Moçambique, o Português, escolhido como língua oficial a partir da independência (1975), é falado por menos de 30% da população, e é usado como meio de instrução e comunicação pública a nível nacional. A norma adoptada como referência é a norma europeia, e a atitude dominante dos falantes para com o Português é de o considerar uma língua de prestígio. Situando-se Moçambique na zona linguística da família de línguas geralmente designadas como "bantu", o Português, L2 da quase totalidade dos seus falantes adultos, está em situação permanente de contacto com este grupo linguístico.

Entre as várias questões suscitadas por esta situação (sócio)linguística está a problemática dos dados empíricos com que é necessário lidar actualmente, quando se faz investigação sobre o PM. Com efeito, a sua situação de L2 tem como principal consequência uma instabilidade dos casos que se observam no discurso dos seus falantes, maior do que aquela que se verifica normalmente no discurso em L1. Esta instabilidade reflecte-se:

- na não regularidade dos fenómenos que ocorrem no discurso de um mesmo falante, uma vez que este nem sempre aplica as mesmas regras na construção de estruturas do mesmo tipo (veja-se, por exemplo, a frase *Ele ia levá-lo de avião e depois deixava-lhe cair*, em que

\* Comunicação apresentada no "Congresso Internacional sobre o Português" (Lisboa, 11-15/4/94), a publicar in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Agradeço à Inês Duarte a sua disponibilidade para discutir comigo sobre o tema desta comunicação.

são usados dois tipos de clíticos em contextos aparentemente idênticos);

- na não sistematicidade dos fenómenos, visto que nem todos os falantes de Português usam as mesmas regras (por exemplo, de um conjunto de quarenta inquiridos, só 50% suprimem o *se* anticausativo em verbos como *sentar-se* ou *atrasar-se*); e
- na frequente falta de coerência entre o comportamento linguístico e os juízos de gramaticalidade, constatando-se que os falantes classificam como agramaticais frases do mesmo tipo das que produziram no seu discurso.

Por outras palavras, no momento actual, em Moçambique, o Português/L2 constitui uma variedade linguística em formação, tornando-se difícil identificar uma comunidade de falantes que partilhem, de forma relativamente estável, a mesma gramática desta língua.

Do ponto de vista da metodologia de investigação, esta situação de "variedade em formação" do PM dificulta o recurso a métodos preconizados em linguística para a obtenção de dados empíricos adicionais. Assim, sempre que os dados disponíveis se apresentam lacunares ou insuficientes para documentar certas estruturas, ou para validar hipóteses sobre a gramática do PM, torna-se difícil completá-los:

- recorrendo à intuição linguística do investigador, dada a inexistência de uma comunidade linguística com a qual este esteja certo de partilhar as mesmas regras do Português;
- usando procedimentos de solicitação de dados, uma vez que dada a insegurança linguística, típica de falantes de L2, a sua gramática interiorizada nem sempre se reflecte de forma clara nas suas respostas a este tipo de testagem.

Dado este contexto, no momento presente, parece mais seguro lidar com dados de observação, e estabelecer, como estratégia de caracterização da gramática do PM, a análise de fenómenos que digam respeito a uma área relativamente ampla desta língua (observando, por exemplo, questões relacionadas com classes lexicais ou processos gramaticais), e que tenham diferentes tipos de "efeitos" (morfológicos, sintácticos, etc.) no discurso dos falantes.

Uma tal estratégia permite lidar com uma base empírica mais rica e sólida, tornando a investigação menos dependente da necessidade de dados adicionais para a construção de hipóteses generalizantes sobre a gramática do PM.

Esta breve reflexão sobre a natureza dos dados empíricos do PM pareceu tanto mais necessária quanto se trata de um aspecto com um papel decisivo na escolha do objecto de estudo a ser apresentado. Com efeito, foi tendo em consideração a instabilidade dos fenómenos que ocorrem no PM, que se escolheu como tema desta apresentação um conjunto de casos que abrangem um número relativamente grande de entradas lexicais, procurando assim que as generalizações aqui apresentadas se refiram a fenómenos com tendência a prevalecer.

Tomou-se como base empírica deste estudo um corpus constituído por textos escritos extraídos de jornais, revistas e redacções de estudantes universitários, assim como textos orais recolhidos através de entrevistas, igualmente realizadas junto de uma população universitária. Trata-se pois de um corpus produzido por falantes adultos, onde parece possível encontrar algumas tendências estáveis da norma culta do PM.

## 2 - O Objecto de Estudo

Na área do léxico do PM, ocorrem dois grandes tipos de fenómenos. Por um lado está a criação de novas palavras, resultantes de empréstimos (às LB/L1's dos falantes, ou outras como o Inglês) ou devidas à produtividade lexical (actuando sobre bases-empréstimo ou sobre bases do PE). Por outro lado, está o uso de palavras já pertencentes ao léxico do PE, às quais são atribuídos novos valores semânticos e/ou diferentes propriedades sintácticas.

Tendo em consideração os pressupostos metodológicos acima mencionados, não está incluído neste trabalho o primeiro tipo de fenómenos, relacionado com a criação de novas palavras, por apresentar (ainda?) carácter disperso.

Com efeito, no momento actual são ainda em número reduzido os casos de inovações lexicais derivadas de empréstimos. Os mais frequentes provêm das L1's dos falantes, e estão associados a aspectos da realidade moçambicana para os quais não existem palavras no léxico do PE. Exemplos: *lobolo* (nome que designa, no sul do país, o tributo pago pelo noivo ao pai da noiva); *tchungo-moyo* (nome que designa mercado clandestino no centro do país); *tsheke* (nome que designa um vegetal usado na preparação de molhos).

Por outro lado, também são ainda pouco frequentes na linguagem corrente (ou melhor, não literária) os casos de novas palavras surgidas a partir

da produtividade de regras morfológicas do Português, quer estas actuem sobre bases da língua portuguesa (como *confusionar* = fazer **confusão**, ou *comandamento* = **comando**), quer actuem sobre bases de origem bantu (como *lobolar* = pagar o **lobolo**).

Actualmente, a maior parte das inovações na área do léxico do PM dizem respeito a palavras já existentes no PE, e consistem em:

- alargamento do(s) seu(s) significado(s) básico(s) (exemplos: *chapa* = meio de transporte público de propriedade privada; *alarmar (um carro)* = instalar um sistema de alarme (num carro); *e/ou*
- modificações das suas propriedades de selecção semântica e categorial (exemplos: *acabar um mês num lugar* (ficar num lugar até passar um mês); *preferir-se de alguém* (preferir alguém)).

No conjunto deste último tipo de alterações, relacionadas com as propriedades de subcategorização dos itens lexicais, destaca-se a tendência para tratar como transitivos verbos do PE, de diferentes classes sintáctico-semânticas, sempre que, pelo seu significado inerente, estes ou são ou se deixam interpretar como pertencendo à classe dos predicadores agentivos.

Este fenómeno de transitivização foi escolhido como objecto de estudo porque, conforme foi atrás referido, abrange um número importante de verbos, isto é, do ponto de vista dos dados empíricos, oferece uma base relativamente segura para a investigação. Como se verá, os fenómenos analisados podem permitir extrair diversos tipos de conclusões não só sobre propriedades relevantes da gramática do PM, como sobre estratégias de aprendizagem desta L2 que actuam na formação desta variedade<sup>1</sup>.

### 3 - A Transitividade de Verbos do PM<sup>2</sup>

A uniformização, relativamente à norma europeia, de propriedades de verbos do Português em Moçambique diz particularmente respeito aos seguintes fenómenos:

<sup>1</sup> Nesta análise, não se faz referência ao papel que as L1/LB's têm no desencadeamento das alterações lexicais aqui apresentadas, uma vez que este aspecto foi já abordado em GONÇALVES 94 (vide capítulo 5).

<sup>2</sup> A fim de permitir um contacto mais amplo com o PM, organizou-se um ANEXO-CORPUS, onde são transcritas frases que contêm as estruturas aqui analisadas.

- estabelecimento de um par transitivo para verbos inacusativos do PE (v.g. *nascer* ou *sair*) que não o possuem;
- realização como SN's de complementos que no PE são realizados por SP's (como *protestar contra* ou *abusar de*);
- "fusão" do comportamento sintáctico de argumentos [+ HUM] com a função de OD e dos argumentos com a função de OI do PE, permitindo que os OI's funcionem como SN's.

Observem-se, em primeiro lugar, exemplos de frases em que ocorrem verbos transitivos de dois lugares:

(1) a. *O inspector [acertou [aqueles indivíduos]].* (PE = [SN [acertar [em SN]])

b. *A Rosa escreveu uma carta [despedindo [o padre]].* (PE = [SN [despedir-se [de SN]])

c. *Aquele rapaz estava sempre disposto a [evoluir [a sua aldeia]].* (PE = [- [evoluir SN]])

Em todas estas frases a posição de sujeito é marcada semanticamente pelo verbo com o papel de Agente, e os SN's [+HUM], com essa função gramatical, designam entidades controladoras dos estados de coisas descritos pelos verbos. Pode assim dizer-se que todos estes verbos são enquadrados pelos falantes na classe dos predicadores "agentivos", mesmo que não seja essa a classe a que pertencem no PE: veja-se a frase (1c), em que é usado transitivamente o verbo inacusativo *evoluir*, não agentivo do ponto de vista da norma europeia.

Quanto à posição de complemento, verifica-se que, do ponto de vista semântico, os argumentos que ocupam esta posição sintáctica são marcados com o papel de Objecto, isto é, designam, em todas as frases citadas, entidades afectadas "por uma propriedade ou relação dinâmica" [MATEUS et al. 89:45]. Do ponto de vista sintáctico, conforme pode observar-se, todos os verbos subcategorizam SN's ([+/- HUM]), isto é, pertencem à classe dos verbos transitivos. Comparando com o PE, verifica-se que, embora estes verbos seleccionem igualmente complementos com a função semântica de Objecto, na variante europeia, estes são regidos por preposições (cfr. *acertar em* em (1a), e *despedir-se de* em (1b)).

Com base em dados deste tipo, que se observam no discurso em Português produzido em Moçambique, pode estabelecer-se aqui uma primeira caracterização da estrutura argumental definida por predicadores agentivos de dois lugares:

(2) Controlador do estº de coisas	[+ dinâmico]	Objecto
Agente	agentivo	[+/- HUM]
[+ HUM]		
SN	V	SN

Em aparente contradição com esta estrutura (2), em que se exhibe a tendência para a transitivização dos verbos, observa-se ainda no discurso dos falantes em Moçambique o uso da preposição *a* junto de argumentos que possuam o traço [+ HUM]. Exemplos:

- (3) a. *A filha do imperador [amou [ao Manuel]].* (PE = [SN [amar SN]])  
 b. *Eles [mataram [a esse bandido armado]].* (PE = [SN [matar SN]])

Este tipo de casos parece indicar que, sempre que o argumento interno de predicadores agentivos de dois lugares tem o traço [+HUM], pode ser regido pela preposição *a*. A presença desta preposição assinala a interpretação dos argumentos internos como BEN's, no sentido proposto por [GONÇALVES 90:99] para este papel semântico: "entidade [+ anim], não controladora do estado de coisas, da ou para a qual algo é transferido (em sentido literal ou alargado)".

O facto de a preposição *a* não estar sempre presente nas representações que contêm argumentos internos [+HUM] (como, por exemplo, em (1 a e b)), faz supor que o seu uso é facultativo, sendo usada pelos falantes nos casos em que se trate de assinalar que os argumentos internos dos verbos agentivos são interpretados como beneficiários do estado de coisas descrito.

A aproximação deste fenómeno de "destransitivização" de verbos do PE em Moçambique do fenómeno de transitivização – o objecto desta análise – deve ser entendida como facultando uma informação importante para a compreensão do tratamento como SN's de SP's com a função gramatical de OI no PM (cfr. frases (5a e b), a seguir).

O esquema predicativo (2) pode agora ser retomado, de forma a incluir estes dados:

(4) Controlador estº coisas	[+ dinâm]	Objecto <sup>+/-</sup> [-HUM] ou BEN [+HUM]
Agente	agentivo	
[+HUM]		
SN	V	SX

em que SX:

– é um SN, sempre que o argumento recebe o papel de Objecto;

– é um SP regido pela preposição *a*, sempre que o argumento [+HUM] é marcado com o papel de BEN.

Observemos em seguida o que se passa no PM com predicadores de três lugares do PE como *dizer/dar [alguma coisa] [a alguém]*, com o esquema relacional [SU [V OD OI]]. Estes verbos pertencem, em geral, à classe dos predicadores agentivos, e a alteração relevante que se observa no PM diz respeito ao comportamento sintáctico do argumento [+HUM] que, no PE, tem a função gramatical de OI. Assim, além de frases em que este tipo de verbos exhibe propriedades de selecção idênticas às do PE (isto é, ocorrem com um SN/OD e um SP/OI, conforme (7 a), a seguir), encontram-se no corpus casos como:

- (5) a. *A Ana [demonstrou [as outras mulheres] [o papel do Destacamento Feminino]].* (PE = [demonstrar [a SN] SN])  
 b. *Ele [ordenou [os soldados] para que fossem lá].* (PE = [ordenar [a SN] F'])

Como pode observar-se, nestas frases, o SN/sujeito recebe o papel de Agente, e designa uma entidade controladora do estado de coisas descrito, isto é, os verbos que ocorrem nas frases (5 a e b) podem classificar-se como agentivos, tal como acontece no PE.

No que diz respeito aos argumentos internos, do ponto de vista semântico, tendo em vista um posterior tratamento uniforme dos predicadores de dois e três lugares, pode dizer-se que o argumento [+HUM], adjacente ao verbo, recebe o papel de BEN (conforme definição de GONÇALVES 90). Quanto ao argumento que ocorre à direita do BEN, pode estabelecer-se que recebe tipicamente o papel de Objecto. Por conseguinte, comparando a grelha semântica dos verbos deste tipo segundo o PM e o PE, verifica-se que não há alterações relevantes, uma vez que se mantêm os papéis semânticos atribuídos pelos verbos.

Do ponto de vista sintáctico, pelo contrário, verifica-se que, nas frases produzidas por falantes moçambicanos, há alterações relacionadas não só com a categoria sintáctica do argumento BEN – OI no PE –, como com a sua posição na estrutura argumental dos verbos.

Assim, conforme se pode observar nas frases (5 a e b), este argumento pode apresentar-se no PM como um SN, e não apenas como um SP, como no PE, em que é sempre regido pela preposição *a*. Esta alteração da categoria sintáctica do argumento [+HUM]/BEN está associada a requisitos configuracionais, uma vez que, nas duas frases citadas, este argumento

ocupa a posição adjacente ao verbo. Esta é pois a posição que ocupam estes argumentos sempre que não se encontram regidos pela preposição *a*, não se tendo registado nenhuma frase em que os argumentos SN/BEN não ocupam essa posição sintáctica, como por exemplo:

(6) \*A Ana [demonstrou [o papel do Destacamento Feminino] [as outras mulheres].

A possibilidade de os argumentos OI do PE se realizarem sintacticamente como SN's parece decorrer de uma reanálise da função da preposição *a* no PM. Recorde-se, em primeiro lugar, que, tal como foi aqui referido a propósito de predicadores de dois lugares, a preposição *a* parece estar associada a argumentos [+HUM], e tem carácter facultativo. Se, além disso, tivermos em consideração que este é um traço típico dos argumentos OI no PE, pode supor-se que se processa em Moçambique uma espécie de fusão do comportamento sintáctico de argumentos internos OD e OI do PE, que podem ser interpretados como BEN's: estes, tal como os constituintes OD, podem ser SN's, adjacentes ao verbo (vide frases (1 a e b) e (5 a e b)); e, tal como os constituintes OI, podem ser regidos pela preposição *a* (vide frases (3 a e b) e estrutura argumental (7 a) a seguir)).

Com base nos dados empíricos disponíveis, podemos atribuir aos verbos agentivos de três lugares do PM as seguintes estruturas argumentais:

(7) a. Estrutura argumental idêntica ao PE <sup>3</sup>

Control.est <sup>9</sup> coisas	[+dinâmico]	Objecto	BEN
Agente	agentivo	[- HUM]	[+HUM]
[+HUM]			
SN	V	SN	SP

b. Estrutura argumental distinta do PE

Control.est <sup>9</sup> coisas	[+dinâmico]	BEN	Objecto
Agente	agentivo	[+HUM]	[-HUM]
[+HUM]			
SN	V	SN	SN

Em suma, no caso dos predicadores de três lugares, no PM, a alteração relevante relaciona-se não com a classe/grelha semântica dos verbos, mas com o comportamento sintáctico do argumento interno com a função de BEN (OI no PE):

<sup>3</sup>Dada a não relevância da questão no âmbito desta análise, não se tem aqui em consideração a possibilidade de o argumento Objecto ser realizado por F'.

- quer porque este pode ser um SN (para além de poder apresentar-se como um SP);
- quer porque essa mudança de categoria sintáctica está associada a requisitos configuracionais, devendo ocupar a posição adjacente ao verbo.

Uma consequência sintáctica destas características do processo de transitivização dos verbos de dois ou três lugares no PM <sup>4</sup>, é, por exemplo, a ocorrência de frases passivas do tipo:

(8) a. [Eu] não estou para [ser abusado [-] por militares]. (passiva do verbo [abusar SN])

b. O que é importante aqui está em [estes homens] [terem sido nascidos [-] em Moçambique]. (= passiva do verbo [nascer SN]).

c. [Os jovens] [são dados [-] responsabilidades de família]. (= passiva do verbo [dar SN SN])

Como pode verificar-se, nestas frases, ocupam a posição de SU os complementos nominais [+HUM] seleccionados por verbos agentivos, do mesmo tipo dos que foram apresentados em (1a e c) (cfr. (8a e b)) e em (5a-c) (cfr. (8c)). Por conseguinte, do ponto de vista do PM, estas frases passivas são efeitos sintácticos naturais das propriedades de c-selecção dos verbos agentivos do PM, com avanço para a posição de sujeito de argumentos/SN, que ocupam a posição adjacente ao verbo em frases básicas.

Tendo em vista a sistematização dos dados aqui apresentados, vamos admitir, com [WILLIAMS 81:88], que existem, nas línguas naturais, "regras de realização" (RR) em sintaxe dos papéis semânticos atribuídos por um item lexical. De acordo com este autor, estas regras podem formalizar-se da seguinte forma:

(9) A: (X<sub>y</sub>, Z<sub>w</sub>)

em que:

- A = argumento ou relação temática
- X, Z = categorias principais
- y, w = preposição ou traços casuais

Estas RR's podem aproximar-se das "regras de realização canónica estrutural" de cada categoria semântica, sugeridas por [CHOMSKY 86: 87], que

<sup>4</sup>Uma consequência não trivial destas alterações sintácticas é a possibilidade de ocorrerem construções de duplo objecto, que seriam excluídas pela gramática do PE (vide frase (5a)).

deverão permitir dispensar a especificação sobre as propriedades de selecção categorial de cada item lexical.

A fórmula de WILLIAMS 81 apresentada em (9), permite estabelecer a seguinte RR do argumento Objecto no PM:

(10) Objecto [+/-HUM]: [SN]

Esta RR do argumento Objecto exhibe-se nos exemplos (1a-c) e (5a)) (a que correspondem as estruturas argumentais (2) e (7a e b) respectivamente).

Quanto ao argumento BEN, verifica-se que lhe correspondem, no PM, as seguintes RR's:

(11) BEN: [SN, SP<sub>a</sub>]  
[SN]

A RR deste argumento, [SN, SP<sub>a</sub>], pode observar-se nas estruturas argumentais (4) e (7a), e nos exemplos (3a e b). A RR [SN] exhibe-se nos exemplos (5a e b), correspondentes à estrutura argumental (7b).

Como se pode observar, as propriedades lexicais de verbos do PM tornam mais transparente a relação entre as propriedades de selecção-s(emântica) e as propriedades de selecção-c (ategorial), uma vez que estas parecem deduzir-se das primeiras. Por outras palavras, a existência destas RR's dispensa a necessidade de fixar as propriedades de selecção-c referentes aos diferentes verbos agentivos do Português com esquemas predicativos idênticos a (2) e (4), ou (7a e b).

Antes de analisarmos os mecanismos de aprendizagem que podem justificar estas mudanças, serão aqui apresentadas propriedades dos verbos do PE que parecem ter um papel relevante neste processo de transitivização dos verbos que se observa no PM.

#### 4 - Opacidades do Português Europeu

No léxico do PE, o conjunto dos predicadores não estativos apresenta um quadro muito complexo de estruturas argumentais – provavelmente "resíduos" da sua evolução histórica – acabando por impossibilitar o estabelecimento de princípios que permitam articular, de forma mais regulada, o léxico com as representações sintácticas. Assim, por exemplo, conforme procurarei demonstrar, torna-se difícil aplicar ao PE o modelo sugerido por CHMOSKY 86, já aqui referido, sobre o léxico das línguas naturais, nomeadamente sobre a possibilidade de restringir as propriedades das diferentes entradas lexicais a propriedades de selecção-s.

Os principais aspectos desta falta de homogeneidade quanto às propriedades dos predicadores não estativos (e relevantes para a análise do PM que estamos realizando) relacionam-se (a) com a marcação temática dos seus argumentos, e (b) com as configurações sintácticas que definem <sup>5</sup>.

No que diz respeito à marcação temática dos argumentos, interessa destacar particularmente a classe dos verbos inacusativos, que se caracterizam por não atribuir papel semântico à posição de sujeito, considerando-se que o argumento que ocupa essa posição sintáctica constitui o OD básico desses verbos. No PE, estes verbos podem ter ou não um par transitivo/agentivo (em que a posição de sujeito já é marcada tematicamente). Exemplos:

(12) a. *Os impostos [aumentaram].*

b. *O governo [aumentou [os impostos]].*

c. *O porteiro [adoeceu].*

d. *\*As bactérias [adoeceram [o porteiro]].*

Como se pode ver nestas frases, o verbo *aumentar* pode ser inacusativo (como em (12a)) e também pode funcionar como verbo transitivo (como em (12b)). Pelo contrário, como mostra a agramaticalidade de (12d), o verbo *adoecer* apenas se comporta como verbo inacusativo.

Observando os verbos do PE, não parece possível estabelecer algum princípio que regule a existência, ou não, do par verbal inacusativo-transitivo, do tipo exemplificado em (12a e b). Assim, ainda que haja verbos, como *adoecer*, que designam acções que podem ser desencadeadas por um agente, tal não significa que admitam comportar-se como verbos transitivos/agentivos. O par transitivo-inacusativo do PE apresenta por conseguinte um quadro pouco claro relativamente aos mecanismos que regulam a marcação temática do seu argumento externo.

Quanto às configurações sintácticas definidas pelos predicadores agentivos, observem-se em primeiro lugar alguns exemplos de frases do PE contendo verbos com argumentos internos com a função de Objecto :

(13) a. *A Joana [abriu [a porta].*

b. *Eu [reparei [em todas as pessoas].*

<sup>5</sup> A fim de não alongar muito esta exposição, não serão aqui analisados os verbos agentivos do PE que ocorrem com o chamado *se* inerente, isto é, que estão associados a um clítico reflexivo não argumental, como *despedir-se* [de SN] ou *alhear-se* [de SN] (usados transitivamente e sem clítico no PM: *despedir* SN e *alhear* SN).



Em face destes dados, parece possível considerar que as alterações aqui analisadas foram produzidas a partir de uma estratégia de aprendizagem do Português/L2, segundo a qual os falantes formulam uma hipótese geral sobre a estrutura argumental de itens lexicais que podem formar uma certa classe semântica, e deduzem dela as propriedades das construções em que podem ocorrer.

Com efeito, retomando os dados do PM anteriormente apresentados, e articulando-os com os dados do PE, verifica-se que, para os aprendizes de Português em Moçambique, sempre que um verbo pode ser interpretado como agentivo, isto é, sempre que designa uma acção que pode ser desencadeada por um Agente, a posição de SU é marcada semanticamente por esse verbo. Uma consequência deste princípio é o facto de ser possível estabelecer um par inacusativo-transitivo para todos os verbos do Português. Desta forma se desfaz o carácter idiossincrático que parece ter no PE a existência dos pares verbais transitivo-inacusativo.

Quanto aos argumentos internos, observe-se o seguinte quadro, em que se retomam as RR's do argumento Objecto [+/-HUM] (idem (10) e (11)):

(18)	PM	PE
	- [SN]	- [SN]
		- [SN, SP <sub>em</sub> ]
		- [SN, SP <sub>de</sub> ]
		- ...

Como se pode ver em (18), em Moçambique os falantes têm tendência a "ignorar" que, na norma europeia, o argumento Objecto pode ser sintacticamente um Oblíquo, regido por diferentes preposições. A estratégia de aprendizagem consiste exactamente em reduzir o número/tipo de RR's que correspondem a este argumento no PM.

Retome-se agora o conjunto de RR's do argumento BEN [+HUM] (11) e (17):

(19)	PM	PE
	- [SN]	- [SN]
	- [SN, SP <sub>a</sub> ]	- [SN, SP <sub>a</sub> ]

Como se pode verificar, o argumento BEN apresenta um comportamento sintáctico mais regular do que o Objecto, tanto no PE como no PM. Neste caso, os falantes parecem não só adoptar as RR's deste tipo de argumento do PE, como as aplicam mesmo a novas estruturas. Com efeito, conforme já foi aqui referido, no PM os argumentos BEN [+HUM] - OD ou OI no PE - admitem os dois tipos de realização [SN] e [SN, SP<sub>a</sub>], ao

contrário do que acontece no PE em que o argumento BEN/OI nunca pode ser realizado como [SN]. Isto é, neste caso, em que o PE proporciona um padrão estável de RR, os falantes não só não o alteram como expandem os seus contextos de utilização<sup>7</sup>.

Em face destes dados, parece legítimo concluir que no PM decorre um processo de reanálise do léxico do PE, que aproxima esta variante linguística do modelo lexical sugerido por CHOMSKY 86. As evidências disponíveis fornecem argumentos empíricos que validam essa hipótese de duas maneiras:

- por um lado, porque os falantes simplificam as RR's que se apresentam complexas e diversificadas (caso do argumento Objecto), fazendo corresponder uma RR a cada papel semântico;
- por outro lado, porque os falantes não só conservam como também alargam o campo de utilização do padrão de RR's que se apresentam conformes ao modelo geral das línguas naturais (caso do argumento BEN).

Nos dois casos, por conseguinte, e tal como prediz CHOMSKY 86, o resultado linguístico é a possibilidade de fixar para cada item lexical apenas as suas propriedades de selecção semântica, a partir das quais são derivadas as suas propriedades de selecção categorial.

<sup>7</sup> Note-se que este não é o único caso deste tipo que ocorre no PM. Com os verbos que seleccionam argumentos que designam um lugar, os falantes parecem ter tendência a interpretá-los como correspondendo a um único papel semântico, de locativo, ao qual corresponde a RR [SN, SP<sub>em</sub>]. Assim, pode verificar-se que a preposição *em* é usada não só com complementos locativos que, segundo a norma europeia, são regidos por preposições direccionais (exemplos: *ir/chegar em algum lugar* (PM), em vez de *ir/chegar a um lugar* (PE)), como em casos em que o argumento que designa o lugar é um SN/OD (exemplos: *frequentar na escola* (PM) em vez de *frequentar a escola* (PE); *pisar numa armadilha* (PM) em vez de *pisar uma armadilha* (PE)).

## ANEXO - CORPUS

### 1 - Verbos com a estrutura argumental [SN [- SN (SN)]]

ASSISTIR: *Pude [assistir [o combate que se fez]].* (PE=... assistir **ao** combate)

ASSUSTAR: *Sempre tinha que [assustar [qualquer barulho que houvesse]]*  
(PE=... assustar-**se com** qualquer barulho)

AVISAR: *Foram avisar [os presentes] [a chegada inesperada]* (PE= avisar os presentes **da** chegada)

ALHEAR: *Os reis dos vários países não [se alhearam [a questão]].* (PE= se alhearam **da** questão)

BATER: *Os bandos armados sempre [batiam [as pessoas]].* (PE=...batiam **nas** pessoas)

DESCONFIAR: *O detective [desconfiou [um indivíduo]].*(PE= desconfiou **dum** indivíduo)

ENTRAR: *Venha [entrar connosco [o novo ano de paz]].* (PE=...entrar **no** novo ano ...)

ENTREGAR: *Chegou na sala, [entregou [o emissário]].* (PE=... entregou **ao** emissário)

EXPLICAR: *O comandante estava a [explicar [o tal major]].* (PE=... explicar **ao** tal major)

INGRESSAR: *O meu pai não tinha condições para poder [ingressar-[me] na escola]* (PE=... poder fazer-me ingressar **na** escola)

NASCER: *[Nasceu [dois filhos]] na Suazilândia.* (PE=... deu à luz **dois** filhos)

OBEDECER: *Não queriam [obedecer [ordens dos professores]].* (PE=... obedecer **às** ordens...)

PARTICIPAR: *Fez uma nota para que eu [fosse participar [o meu curso]].*  
(PE=... participar **no** meu curso)

PEGAR: *Viveu muito tempo a [pegar [a enxada]].* (PE=... pegar **na** enxada)

PRECISAR: *Eu [precisei [mais informações]].* (PE= eu precisei **de** mais informações)

PROTESTAR: *Apareceram no dia da festa [protestando [a iniciativa]].* (PE=... protestando **contra** a iniciativa)

RECLAMAR: *Consumidores [reclamam [prazos concedidos pela EDM]]*  
(PE=... reclamam **contra** prazos)

REPARAR: *Só para elucidar este facto, [reparem [os textos]].* (PE=... reparem **nos** textos)

SAIR: *Riu-se tanto que os olhos [saíram [lágrimas]].* (PE=... deitaram **lágrimas**)

### 2 - Verbos com a estrutura argumental [SN [- SP<sub>a</sub>]]

ELOGIAR: *[Eles] elogiam a uma pessoa.* (PE=... elogiam **uma** pessoa)

INFORMAR: *Foi informar ao Manuel.* (PE=... informar **o** Manuel)

### 3 - Passiva de verbos com a estrutura [SN [- SN (SN)]]

ABUSAR: *[Os rapazes] tinham sido sexualmente abusados [-] por padres.*

ASSISTIR: *[Os jogadores] estavam a ser assistidos [-] por muita gente.*

BATER: *Para nós aquilo era normal! Ser batidos!*

CHAMAR: *O [professor] era chamado [-] Domingos Faria.*

CONCEDER: *[O irmão] foi concedido [-] uma bolsa de estudos.*

EXPLICAR: *Segundo [nós] fomos explicados [-] isso deve-se a questões de ordem prática.*

ESCONDER: *[Os dois] foram escondidos [-] a necessidade.*

GOSTAR: *[Ele] não é gostado [-] pela polícia.*

INGRESSAR: *Se [eu] fosse ingressado [-] na escola industrial*

### PARTE III

## A LÍNGUA PORTUGUESA EM ÁFRICA

### 1. A Língua Portuguesa

Embora, no que se refere ao número de falantes, a língua portuguesa não seja a mais difundida no mundo, ela ocupa um lugar de destaque no continente africano, especialmente em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A sua presença é resultado da expansão colonial portuguesa, que se iniciou no século XV e se prolongou até o século XX. Durante este período, a língua portuguesa foi imposta como língua oficial em várias colônias, o que levou à sua adoção por milhões de pessoas. Hoje em dia, a língua portuguesa é considerada uma língua global, com uma comunidade de falantes que ultrapassa os 250 milhões de pessoas em todo o mundo. No contexto africano, a língua portuguesa desempenha um papel fundamental na comunicação, na educação e na cultura. Ela é a língua oficial em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, e é falada por milhões de pessoas em outros países da África, como na África do Sul, na Namíbia e no Zâmbia. A língua portuguesa também é uma das línguas mais estudadas nas universidades africanas, o que reflete o seu papel importante na formação da elite intelectual e política desses países. Além disso, a língua portuguesa é uma das línguas mais utilizadas na mídia e na literatura africana, o que contribui para a sua disseminação e para a construção de uma identidade cultural comum entre os povos que a falam.

## CAPÍTULO 7

### PROVAS DE (IN) EXISTÊNCIA DO PORTUGUÊS AFRICANO\*

#### 1 - O estabelecimento de variedades do Português

Ao ser convidada para participar neste Encontro, foi-me pedido que falasse do PA. Uma tal proposta pressupunha, em primeiro lugar, que se admite a existência de uma variedade linguística, falada numa vasta zona, geograficamente descontínua, constituída pelos países africanos de língua oficial portuguesa (os chamados PALOP's): Cabo-Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

Do ponto de vista da tradição filológica clássica, uma tal classificação implica, por outro lado, que se está a acrescentar às já reconhecidas variedades do Português, europeia e brasileira (sem falar do Galego), uma terceira variedade, o PA.

Antes de me pronunciar sobre o tema que me foi pedido que abordasse, gostaria de retomar um pequeno texto do linguista português Eduardo Paiva Raposo, "A noção de língua portuguesa" (1984), onde são apresentados critérios que podem justificar o estabelecimento de variedades de língua.

Neste texto, RAPOSO 84 questiona a tradição filológica clássica, portuguesa e brasileira, por ter sido "sempre predominantemente historicista, isto é, privilegiou os aspectos da história da língua relativamente aos aspectos da estrutura gramatical sincrónica". (p. 589, sublinhado meu).

Para este autor, ao reconhecer as três variantes do Português – europeia, brasileira e galega – a tradição filológica apenas apresenta uma definição

\* Comunicação apresentada no "I Encontro de Centros de Estudos Portugueses do Brasil – Balanço do século XX" (São Paulo, 27- 30/9/93).

"extensional" desta língua, em que se enumera "o número total de objectos que são cobertos pelo termo" [IDEM: 586], faltando uma definição intensional da língua portuguesa, isto é, "uma definição qualitativa, baseada em propriedades ou características partilhadas pelos vários objectos nela contidos" [IBIDEM: 586].

Tomando como ponto de partida RAPOSO 84, poderíamos então voltar ao tema desta exposição e formular a seguinte questão: será que admitimos a existência de uma variedade africana do Português com base no facto de se tratar de uma língua falada num conjunto de cinco países que têm antecedentes históricos comuns e dinâmicas linguísticas idênticas? Ou estaremos igualmente a considerar que o critério para este agrupamento tem uma dimensão qualitativa e um conteúdo "gramatical", isto é, o Português usado nestes países partilha propriedades fonéticas e fonológicas, morfológicas, lexicais e sintácticas?

A melhor forma de nos aproximarmos de uma resposta a esta questão será identificarmos os aspectos históricos, sociais e linguísticos que podem constituir o que chamaríamos "provas de existência" do PA.

Do ponto de vista histórico-social, parece possível apontar desde já alguns argumentos que, ainda que não constituam "prova de existência" desta variedade africana do Português, podem justificar a hipótese de se encarar o Português dos PALOP's como (pelo menos) uma zona linguística.

Do ponto de vista gramatical, é mais difícil apresentar argumentos que possam constituir "prova de existência" do PA. Infelizmente, são quase inexistentes os estudos linguísticos globais sobre o Português usado nos países africanos, que poderiam contribuir para este tipo de generalização. Com efeito, os escassos trabalhos disponíveis debruçam-se apenas sobre aspectos da gramática do Português de cada um dos países em particular. Desta forma, do ponto de vista gramatical, é apenas possível formular hipóteses de trabalho a serem retomadas futuramente como "prova de existência" do PA.

Nesta exposição, referir-me-ei, em primeiro lugar, a factores extra-linguísticos que permitam aproximar os países incluídos na área do PA. Assinalarei assim alguns factos da história e da política linguística adoptada nos PALOP's, que podem constituir condições de formação desta hipotética variedade africana do Português. Após esta abordagem histórico-social, debruçar-me-ei de uma forma mais directa sobre os aspectos linguísticos desta questão. Dadas as lacunas bibliográficas acima mencionadas, apresentarei aqui alguns aspectos da gramática do Portu-

guês de Moçambique que podem constituir a base para algumas conclusões sobre o tema desta exposição. A finalizar a minha intervenção, serão retomados os argumentos históricos, sociais e linguísticos, apresentados como "provas de existência" do PA, com vista à delimitação da(s) fronteira(s) possível(eis) desta zona africana.

## 2 - Provas de Existência Histórica do "Português Africano"

Um primeiro aspecto que pode aproximar os PALOP's entre si diz respeito aos seus antecedentes históricos. Assim, sabendo que todos estes países foram dominados pela mesma potência colonial, Portugal, isso significa que todos eles estiveram sob o impacto da mesma visão cultural assimilacionista. No campo linguístico propriamente dito, esta política cultural implicava que, durante o período colonial, sobretudo a partir dos anos 30, o Português "era a única língua veicular autorizada nas escolas" [BARRETO 76: 532-533], sendo apenas permitido o uso das línguas locais "no exclusivo campo da catequese missionária" [Idem: 533].

Após a independência, alcançada em todos estes países no mesmo ano, 1975, o Português, língua do colonizador, é escolhido como língua oficial pelos novos governos que assumiram o poder. Entre as razões que motivaram esta escolha, destaca-se o papel de "língua de unidade nacional" que o Português pode desempenhar, além de funcionar como língua de comunicação internacional. Na prática, o estatuto de língua oficial implica que o Português é, em geral, a única língua usada pelos membros do governo e do partido, sendo igualmente a língua de ensino e dos meios de comunicação escrita. Dados estes contextos de utilização, em todos estes países, o Português é uma língua da cidade por excelência.

A norma do Português escolhida oficialmente como referência é a norma europeia e, pelo menos a nível dos documentos oficiais escritos (v.g. textos produzidos pelo governo, manuais escolares, meios de informação), os fenómenos de variação são relativamente controlados.

A escolha do Português como língua oficial não está directamente relacionada com o grau de difusão e conhecimento desta língua pelas populações locais, uma vez que, em todos os PALOP's, este é a língua materna de uma minoria. A título de exemplo, em Moçambique, não atinge 5% a percentagem de falantes que têm o Português como língua materna. O Português é assim uma L2 para a maior parte dos seus locutores, e está, por essa razão, em situação constante de contacto de línguas.

A situação de L2 do Português conduz frequentemente a fenómenos de insegurança linguística dos seus locutores, a qual se manifesta numa certa instabilidade quanto às regras gramaticais que utilizam. A título de exemplo, pode acontecer que os falantes classifiquem como agramaticais construções que eles próprios produziram num outro momento, revelando assim uma contradição (ou pelo menos alguma descoordenação) entre o seu conhecimento das regras do Português e a aplicação dessas regras quando produzem o seu discurso nesta língua. Desta forma, qualquer caracterização gramatical do Português dos PALOP's deve sempre lidar com alguma irregularidade dos fenómenos que ocorrem nesta zona linguística.

Um outro tipo de manifestação desta insegurança pode observar-se na atitude dos falantes face à norma. Assim, é frequente ouvir-se falar, nestes países, dos "erros" de Português que dão os locutores desta língua. Em muitos casos, trata-se de fenómenos que farão provavelmente parte da gramática definitiva desta variedade do Português – ou pelo menos da sub-variedade falada no país em questão – mas que os falantes não querem (ainda) assumir, dado que a norma de referência continua a ser a norma europeia. O facto de o Português ter nestes países o estatuto de língua de prestígio torna ainda mais acentuada a preocupação dos falantes com a norma a adoptar no seu discurso.

Nestes países, não parece haver (ainda?) a procura de afirmação da personalidade nacional através da língua portuguesa, como aconteceu no Brasil desde o sec. XIX. De uma forma geral, a "originalidade" é procurada nas línguas e culturas locais, longo tempo rejeitadas ou simplesmente esquecidas. Está neste caso, por exemplo, o processo de valorização do crioulo em Cabo-Verde ou das diferentes línguas e culturas bantu em Moçambique. Só em circuitos muito restritos, em que os intelectuais e os escritores têm um papel de relevo, é que as diferenças do Português dos PALOP's relativamente à norma europeia são sentidas como uma forma de apropriação e enriquecimento da língua, que se deve eventualmente conservar e desenvolver. Nestes casos, o Brasil funciona como uma espécie de modelo do tipo de evolução desejada: "do mesmo modo que a língua portuguesa aceitou os brasileirismos e os consagrou, terá de aceitar os angolanismos e outras aquisições dos países africanos de expressão portuguesa" [COELHO 76: 25].

### 3 - Provas de Existência Gramatical do Português Africano

Conforme foi referido no início, as provas de existência gramatical do PA serão retiradas de um estudo de caso, nomeadamente de fenómenos que ocorrem no PM. Este será aqui abordado não só do ponto de vista das suas propriedades gramaticais como quanto ao papel que as línguas maternas parecem desempenhar na construção desta gramática. Estas duas perspectivas, como se poderá verificar, podem fornecer critérios relevantes para a observação do PA.

Dada a situação de L2 do Português falado nos PALOP's, os fenómenos que se observam no discurso produzido nesta língua não apresentam a (relativa) estabilidade que se verifica nas variedades europeia e brasileira. Assim, esta caracterização de aspectos da gramática do PM refere-se apenas àqueles fenómenos que ocorrem de forma mais sistemática e regular.

A nível fonético-fonológico, uma das tendências mais salientes e estáveis é para estabelecer como estrutura silábica típica a sequência consoante-vogal (CV). Este facto tem consequências importantes no sistema fonológico em geral, uma vez que parece justificar certas tendências comuns aos locutores moçambicanos de Português, como, por exemplo, (i) a não redução das vogais átonas e (ii) a inserção de vogais no interior de grupos consonânticos.

A título de exemplo do caso (i), uma palavra como "telefonar", realizada no Português europeu como [t ə l ə funar], será pronunciada no PM como [telefonar]. Quanto ao caso (ii), em que há tendência para eliminar os grupos consonânticos, pode citar-se a pronúncia de palavras como *ritmo* ou *dificuldade*, que são pronunciadas respectivamente [ritimu] e [difikulidadi], desfazendo assim os grupos *tm* e *ld*.

A nível lexical, pode referir-se um tipo de neologia relacionado com a alteração das propriedades lexicais de verbos já existentes no léxico do Português europeu. Trata-se da tendência para a transitivização de verbos que ou são intransitivos (como *nascer*), ou seleccionam um complemento preposicionado com a função de OI (como *esconder (alguma coisa) a alguém*) ou com a função de OBL (como *bater em*).

Assim, a título de exemplo, verifica-se que os verbos acima citados – *nascer*, *esconder* e *bater* – podem ocorrer, no PM, com um OD em frases como:

- (1) *A pessoa não nasce ninguém.* (= a pessoa não dá à luz)
- (2) *Os pais escondem os filhos a verdade.*
- (3) *Eles bateram o miúdo.*

A nível morfo-sintáctico, entre outros fenómenos, pode destacar-se a alteração do paradigma de flexão casual dos pronomes pessoais clíticos. Assim, a tendência que se apresenta de forma mais regular é para fixar o uso do pronome *lhe* (associado à posição de OI no PE) a complementos com o traço [+ HUM]. Exemplos:

(4) *Alguma coisa lhe atraiu. (... o atraiu)*

(5) *A mãe meteu-lhe na escola. (... meteu-o...)*

Deste modo, em Moçambique, verifica-se que os falantes usam a forma *lhe* não só associada à posição de OI (como acontece no PE) mas também associada à posição de OD desde que essa posição seja marcada com o traço [+ HUM], como acontece nas frases (4) e (5).

Os factos gramaticais aqui apontados, relativos a fenómenos fonético-fonológicos, lexicais e morfo-sintácticos, podem ser tomados como "provas de existência" gramatical da variedade moçambicana do Português, na medida em que revelam que os falantes desta língua fixaram regras específicas, distintas, pelo menos, da variante europeia. Em face deste tipo de dados, podem colocar-se várias questões:

(i) Será que este tipo de propriedades são partilhadas (apenas) pelos restantes países africanos (vs Português europeu e vs Português do Brasil), justificando assim a referência a uma variedade africana do Português?

(ii) Ou será que pelo menos algumas dessas propriedades existem igualmente na gramática do Português do Brasil, por exemplo, invalidando assim a entidade PA?

A resposta a questões deste tipo, que não estamos em condições de fornecer, constituiriam contudo o complemento necessário a uma identificação das variedades do Português de um ponto de vista gramatical-qualitativo.

Quanto ao papel que as L1's desempenham na construção da gramática do PM, os estudos realizados mostram que o seu formato é condicionado de forma determinante pela gramática dessas línguas, pertencentes à família das chamadas LB's.

Assim, os aspectos da gramática do PM, acima apresentados - relacionados com a estrutura silábica, as propriedades lexicais dos verbos e a flexão dos pronomes clíticos - parecem ter como principal fonte propriedades da gramática das LB's, que interferem na forma como os falantes analisam as evidências sobre a gramática do Português, a língua-alvo.

A fim de não alongar demasiado esta exposição, será aqui retomado apenas um dos casos apresentados, nomeadamente a tendência para a transitivização de verbos do PE. Observando a gramática das LB's, verifica-se que existem processos morfológicos que permitem que praticamente todos os verbos possam ser construídos com um complemento nominal. Assim, a partir de verbos, intransitivos, como *nascer* ou *morrer*, podem obter-se nestas línguas formas transitivas através da afixação de sufixos derivacionais que permitem que estes verbos ocorram com um SN. Os equivalentes em Português de tais formas são, respectivamente, *dar à luz* (literalmente, fazer nascer) e *morrer em prol de* (literalmente, morrer por).

Se acrescentarmos a estes fenómenos morfológicos o facto de muitos dos verbos do PE com regência preposicional (v.g. *bater em* ou *gostar de*) terem como equivalentes nas línguas bantu verbos transitivos, estamos em condições de compreender de que maneira a gramática das línguas maternas condiciona o processo de transitivização de verbos do Português em Moçambique.

Com base neste tipo de informação sobre o papel das línguas maternas na diferenciação do Português, pode admitir-se que a situação linguística de cada um dos PALOP's terá um papel relevante na criação da(s) variedade(s) africana(s) do Português.

#### 4 - As Fronteiras Possíveis

Ao longo desta exposição foram apresentados diferentes tipos de informações que podem ser agora retomados como critérios para o estabelecimento das fronteiras possíveis do Português falado na região africana.

Uma primeira hipótese seria tomar em consideração a situação geográfica e os factores históricos, que aproximam entre si os PALOP's, e estabelecer a existência de **uma** única variedade africana do Português. Do ponto de vista extensional, por conseguinte, a noção de língua portuguesa passaria a incluir mais um objecto, além das três variedades já reconhecidas pela tradição filológica clássica.

Uma segunda hipótese estaria relacionada com o papel que as línguas maternas desempenham na formação da gramática do Português/L2 e consistiria em recortar esta região com base no tipo de situação de contacto de línguas em que o Português se encontra em cada um dos PALOP's.

Nesta perspectiva, consideraríamos dois subconjuntos no interior da zona africana do Português:

- aquele em que os falantes partilham a mesma L1 e esta é um crioulo;
- aquele em que os falantes têm diferentes L1's e estas são línguas africanas.

Este tipo de critério colocaria de um lado Cabo-Verde e S. Tomé e Príncipe, e, do outro lado, estariam Angola e Moçambique, países onde o número de L1's oscila entre dez e vinte. Em posição intermediária ficaria a Guiné Bissau, onde:

- existe, tal como no primeiro grupo, um crioulo, que não constitui, porém, a língua materna da generalidade dos falantes;
- e, tal como no segundo grupo, há uma situação multilingue, sendo superior a dez o número de línguas maternas, de origem africana.

De um ponto de vista gramatical propriamente dito, dada a ausência de informação sobre o conjunto dos PALOP's, limitar-me-ei aqui a um exercício metodológico, com carácter exemplar, sobre o tipo de agrupamento linguístico que seria possível efectuar.

Assim, tomando como base propriedades do tipo das que foram apontadas para o Português de Moçambique, poderiam agrupar-se as gramáticas do Português que partilhassem essas propriedades, independentemente da sua situação geográfica ou dos seus antecedentes históricos.

Desta forma, por exemplo, sabendo que tanto no Português de Moçambique como no Português do Brasil se verifica a tendência para estabelecer como estrutura silábica típica a sequência CV e há a tendência para alterar o paradigma de flexão dos pronomes pessoais, estas duas gramáticas poderiam ser aproximadas entre si. Neste caso, não faria já sentido o agrupamento geográfico-histórico que legitima o PA, passando a formar-se, como prediz RAPOSO 84, grupos linguísticos com uma dimensão qualitativa.

\*\*\*

Como se pode verificar, não é tão simples e pacífico como poderia parecer falar do Português Africano. Tomando como base as diferentes perspectivas de observação propostas ao longo desta exposição, foi possível confirmar a sua existência (de um ponto de vista histórico-geográfico), reanalísá-lo como correspondendo a duas zonas linguísticas (de acordo com os tipos de situação de contacto de línguas), ou mesmo contestar a validade desta entidade (de um ponto de vista gramatical mais restrito).

A concluir esta reflexão, poderemos dizer que as inúmeras lacunas de conhecimento sobre o Português falado nos diferentes países africanos não nos permitem ainda ter uma visão de conjunto sobre a sua situação linguística e para sobre ela tecermos considerações válidas e rigorosas.

Podemos apenas desejar que nos diferentes países africanos sejam incrementados e valorizados os trabalhos de investigação na área da língua portuguesa, de forma a podermos abordar este tema de forma mais consistente num futuro não muito distante.

## Referências Bibliográficas

- ALBARRAN, M. J.** (1991) *Aspectos Sintáctico-Semânticos dos Verbos Locativos no Português Oral de Maputo*. Lisboa, I.C.A.L.P./Angolê: Artes e Letras.
- BA KA KHOSA, UNGULANI** (1987) *Ualalapi*. Maputo, Associação dos Escritores Moçambicanos.
- BARRETO, M. S.** (1976) "Aspectos da Lusofonia em Moçambique", in *Actas do 1º Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português*. Lisboa, C.L.U.L., C.L.U.P., C.L.U.C., N.L.A. e N.L.B., 1977, pp. 529-548.
- BICKERTON, D.** (1988) "Creole languages and the bioprogram", in **NEWMYER, F.** (ed.), *Linguistic Theory: Extensions and Implications*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 268-284.
- BRESNAN, J.; MOSHI, L.** (1990) "Object Asymmetries in Comparative Bantu Syntax". *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass., 21(2), pp. 147-185.
- CARVALHO, M.J.** (1986) "Passivas estranhas ao Português europeu". *Angolê*, Lisboa, 3.
- CHOMSKY, N.** (1986) *Knowledge of Language: its Nature, Origin and Use*. Nova Iorque, Praeger.
- (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris Publications.
- COELHO, S.** (1976) "Informação em Angola". *O Angolense*, Luanda, 100, pp. 23-31.
- COMRIE, B.** (1981) *Language Universals and Linguistic Typology*. Chicago, The University of Chicago Press.
- COUTO, H.** (1991) "A situação da língua portuguesa na Guiné Bissau". *R.I.L.P.*, Lisboa, 5/6, pp. 114-124.
- CUESTA, P.; LUZ, M.** (1980) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Edições 70.
- DINIZ, M. J.** (1989) "O Ensino do Português em Moçambique". *Boletim Informativo* (Serviços Culturais da Embaixada de Portugal), Maputo, pp. 1-2.

- (1986) *Análise de Erros na Frase Relativa*. Tese de licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane.
- FERREIRA, E.** (1977) *O Fim de uma Era: o Colonialismo Português em África*. Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- FIRMINO, G.** (1994) "O Caso do Português e das Línguas Indígenas de Moçambique (Subsídios para uma Política Linguística)". Maputo, UEM/Faculdade de Letras (não publicado).
- (1987) "Alguns Problemas de Normatização do Português em Moçambique". *Limani*, Maputo, 3, pp. 11-25.
- Gabinete do Secretário de Estado da Cultura (1983) "Contribuição para a Definição de uma Política Linguística na República Popular de Moçambique". Maputo, Secretaria de Estado da Cultura (não publicado).
- GANHÃO, F.** (1989) "O Papel da Língua Portuguesa em Moçambique". Comunicação apresentada no I Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa, Maputo (não publicado).
- GONÇALVES, P.** (1990) *A construção de uma gramática de Português em Moçambique: Aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (em preparação para publicação).
- (1989a) "A Fixação do Sistema de Marcação Casual do Português em Moçambique". In *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Org. Direcção da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, pp. 73-90.
- (1989b) "A Situação Linguística em Moçambique - Opções de Escrita". *Colóquio-Letras*, Lisboa, 110-111, pp. 88-93.
- (1985) "A situação da língua portuguesa em Moçambique". In *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, vol. I, pp. 243-251.
- ; **CARLOS, N.; NGUNGA, A.** (1986) "O Português em Moçambique: Análise de Erros em Construções de Subordinação". Maputo, Universidade Eduardo Mondlane (não publicado).

- HONWANA, L. (1994) "Línguas Moçambicanas e Língua Portuguesa". *Jornal de Letras*, 615.
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. (1980) "Transitivity in Grammar and Discourse". *Language*, Baltimore, 56.2, pp. 251-299.
- HYMAN, L.; DURANTI, A. (1982) "On the object relation in Bantu", in HOPPER, L.; THOMPSON, S. (eds.) *Syntax and Semantics*, Vol. 15, Studies in Transitivity. Nova Iorque, Academic Press, pp. 217-239.
- KEENAN, E.; COMRIE, B. (1977) "Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar". *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass., 8(1), pp. 63-99.
- LIGHTFOOT, D. (1981) *The Language Lottery: Toward a Biology of Grammars*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- (1979) *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LOPES, A. (1994) "Language Policy in Mozambique: a taboo?". Comunicação apresentada no First World Congress of African Linguistics (Kwaluseni, 18-22/7/94) (não publicado).
- LUIS, M. (1983) "A Atitude Linguística de Alunos do Grande Maputo perante a Língua Portuguesa". Maputo, I.N.D.E. (não publicado).
- MEIJER, G.; GONÇALVES, P.; CARLOS, N. (organizadores) (1982) "A Língua Portuguesa em Moçambique: Elementos para uma Análise de Erros". Maputo, Universidade Eduardo Mondlane (não publicado).
- MENDONÇA, F. (1987) "O Português como Língua Literária em Moçambique". *Limani*, Maputo, 3, pp. 73-82.
- MUYSKEN, P. (1988) "Are creoles a special type of language?", in NEWMAYER, F. (ed.), *Linguistic Theory: Extensions and Implications*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 285-301.
- PENICELA, A. (1967) *Subsídios para o Estudo do Português Falado por Alguns Nativos do Sul de Moçambique*. Tese de licenciatura, Universidade de Lisboa.
- PHINNEY, M. (1987) "The Pro-Drop Parameter in Second Language Acquisition", in ROEPER, T.; WILLIAMS, E. (eds.) (1987), pp. 221-238.

- RAPOSO, E. P. (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa, Editorial Caminho.
- (1984) "Algumas Observações sobre a Noção de Língua Portuguesa". *Boletim de Filologia*, Lisboa, XXIX, pp. 585-592.
- ROEPER, T. E WILLIAMS, E. (1987) *Parameter Setting*. Dordrecht, Boston, Lancaster, Tokyo, D. Reidel Publishing Company.
- SERRA, C. (1983) *História de Moçambique: Vol II: Agressão Imperialista (1886-1930)*. Maputo, Cadernos Tempo.
- SEUREN, P.; WEKKER, H. (1986) "Semantic Transparency as a Factor in Creole Genesis", in MUYSKEN, P.; SMITH, N. (eds.) *Substrata versus universals in creole languages*. Amsterdam, John Benjamin Publishing Company, pp. 57-70.
- SILVA, JOÃO GOMES DA (1993) *Variation Linguistique et Norme: Etude de Cas des Pratiques Correctives des Professeurs de Portugais à Maputo*. Tese de mestrado, Université Stendhal -Grenoble III.
- SOARES, P.; ZAMPARONI, V. (1992) "Antologia de Textos do Jornal *O Africano* (1908-1919)". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, 22, pp. 127-178.
- Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Letras (1989) "I Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas".
- WILLIAMS, E. (1981) "Argument Structure and Morphology". *The Linguistic Review*, Dordrecht, 1, pp. 81-114.
- WHITE, L. (1987) "A note on Phinney", in ROEPER, T.; WILLIAMS, E. (eds.) (1987), pp. 239-246.